

MAPA DE APROXIMAÇÃO INSTITUCIONAL

PGEA: 20.02.0001.0014176/2022-13

Relatório de Atividades

O presente Relatório de Atividades consolida os resultados alcançados por meio da execução do Mapa de Aproximação Institucional elaborado ao final do primeiro mandato desta Secretaria de Relações Institucionais. Trata-se de uma iniciativa estratégica que visou ao fortalecimento do diálogo e da cooperação entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os diversos órgãos da Administração Pública Federal.

O período em análise foi marcado por notáveis avanços, refletindo um esforço conjunto e contínuo para a construção de pautas convergentes e para a defesa intransigente do trabalho digno em todo o território nacional.

Destaca-se, como um dos principais marcos deste período, os avanços significativos na pauta de destinação de recursos oriundos da atuação finalística do MPT, em especial após decisão liminar proferida pelo Ministro Flávio Dino no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 944. Foi dado novo impulso nas interlocuções, com intuito de garantir que as reparações por danos coletivos sejam efetivamente revertidas em benefício da sociedade. Ademais, foram realizadas articulações com a Advocacia-Geral da União, Consultoria-Geral da União, MTE e demais órgãos da Administração Federal para arejar a ideia de criação de um Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas.

Nesse mesmo sentido, houve grande avanço na cooperação com órgãos públicos, a exemplo da celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tal instrumento formaliza uma parceria robusta, destinada a "aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições". A assinatura deste acordo representa a culminação de uma série de reuniões de alto nível focadas em temas críticos, como a revisão de normativos e a elaboração de ações e políticas públicas conjuntas.

A amplitude do Mapa de Aproximação se reflete, ainda, na exitosa articulação com um vasto leque de Ministérios. As interações com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério das Mulheres e o Ministério da Previdência, entre

outros, permitiram não apenas o levantamento de demandas específicas de cada área, mas também a construção de estratégias conjuntas para o combate ao trabalho escravo, a promoção da equidade e a melhoria das políticas de saúde do trabalhador.

Em suma, os resultados aqui apresentados demonstram a consolidação de um ambiente cooperativo, pautado pela transparência e pelo compromisso mútuo, essencial para a defesa do trabalho digno e o fortalecimento das instituições democráticas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- **Autoridade:** Ministro Luiz Marinho

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões de cúpulas (Levar produções científicas do MPT e CONALIS). Agendar reunião SRI e Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, bem como com a Assessoria Especial de Promoção da Igualdade nas Relações de Trabalho. Agendar reunião entre SRI e Secretaria Executiva, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Relações do Trabalho (CNT), Secretaria de Promoção da Qualificação e Fomento à geração de emprego e renda.	Reunião, em 14/02/2023, com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, do Secretário Executivo do MTE, Francisco Macena da Silva, do Consultor Jurídico do MTE, Ricardo Panquestor e da Chefe de Gabinete, Lene Teixeira para prospecção de pontos de convergência e fortalecimento do diálogo e do consenso entre as instituições, bem como avanço em pautas de interesse comum. Reunião, em 27/03/2023, com o Secretário de Relações de Trabalho, Marcos Perito, sobre a participação do MPT no CNT e outros temas.	CONCLUÍDO
Promover a troca de informações e estudos, inclusive com a participação em workshops e seminários, visando ao estudo de temas relativos ao mundo do trabalho, à divulgação de boas práticas e à formação de	Participação, em 11/11/2024, no seminário nacional de promoção da negociação coletiva 2024, realizado pelo MTE, departamento de trabalho dos EUA e a OIT.	CONCLUÍDO

membros, servidores e outros atores participantes.	Participação, em 02/12/2024, na mesa de abertura do seminário sobre o pacto nacional do café: avanços e desafios	
Ofertar vagas gratuitas aos membros e membras da contraparte, nos cursos e atividades de aperfeiçoamento profissional, promovidos por suas respectivas unidades de formação.	Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	CONCLUÍDO
Constituir Gabinete de Crise Interinstitucional, no âmbito do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho e do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência visando a prevenir ou dissipar conflitos interinstitucionais, mediante métodos dialógicos, de convergência e de entendimento interinstitucional.	Previsto na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	CONCLUÍDO
Elaborar Protocolo de Entendimento Mútuo, com vistas à definição de rotinas de boas práticas e fluxos mínimos orientativos às autoridades nacionais e regionais das instituições celebrantes, com vistas a proporcionar ganhos de eficiência e de eficácia no pleno e coordenado exercício de suas competências funcionais.	Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	CONCLUÍDO

Incrementar a realização conjunta de operações in loco visando à defesa do direito fundamental ao trabalho digno, tal como a OPERAÇÃO RESGATE II, respeitando-se os papéis institucionais de cada partícipe e adotando-se estratégias conjuntas de interação social.	Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	INICIADO
Adotar mecanismos que facilitem os fluxos de informação entre os partícipes, visando à manifestação qualificada do Ministério Público do Trabalho, nas Ações Anulatórias de Autos de Infração.	Reunião, em 31/01/2024, com o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, visando ao estreitamento da cooperação interinstitucional entre MPT e MTE; Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	CONCLUÍDO
Envidar esforços para a retomada das reversões de recursos materiais ao Ministério do Trabalho e Previdência, no bojo de indenizações por danos moral coletivo ou de multas por descumprimento de Termos de Ajuste de Conduta.	Reunião entre MPT, AGU, MTE, MPO e MF, em 10/08/2023, para discutir os termos do anteprojeto de lei sobre o Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas e Promoção do Trabalho Decente. Em 07/09/2023, apresentou-se, conjuntamente com AGU e MTE, solicitação ao Presidente do TCU quanto à instauração de procedimento de solução consensual de controvérsias;	CONCLUÍDO

	Reunião, em 31/01/2024, entre o MPT e o MTE sobre a tramitação do Fundo Trabalhista destinado a receber recursos de condenações pecuniárias no âmbito de Ações Cíveis Públicas; Solicitação de suspensão do Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU que embasou negativa de destinação de recursos para a reforma da Agência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do município de Patos de Minas/MG	
Fomentar a gestão conjunta de repositórios de dados de interesse comum, a exemplo da Plataforma Smartlab de Trabalho Decente (MPT-OIT), gerida pela Organização Internacional do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.	Item previsto no Acordo de Cooperação Técnica Firmado entre MPT e MTE. Realização, em 15/3/2023, de reunião com o MTE, para fins de acesso aos dados completos atualizados de operações de combate ao trabalho escravo (sistema COETE) a fim de utilizá-los para o planejamento das ações da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE) e para a atualização da Plataforma SmartLab. Aproximação interinstitucional com a Subsecretaria de Estatística e Estudo do Trabalho do MTE, Sra. Paula Montagner e o Secretário de Pesquisa de Análise de informação do MPT, visando à criação de um espaço colaborativo de dados;	INICIADO

Fomentar o acesso a sistemas de informação e dados de interesse comum que propiciem a otimização do planejamento conjunto de diligências e ações fiscais, tais como o MPT Compliance.	Item previsto no Acordo de Cooperação Técnica Firmado entre MPT e MTE. Reunião, em 13/11/2023, com o Secretário Executivo do MTE, Francisco Macena, para tratar sobre a disponibilização do Sistema Chronos;	INICIADO
Fomentar o diálogo institucional dos segmentos de assessoramento legislativo das instituições celebrantes, visando a estudar e debater sobre propostas legislativas relevantes e pertinentes ao objeto de atuação de cada uma das partícipes.	Criação de Grupo de Trabalho Marco Regulatório Infralegal para promover a avaliação de pontos críticos de conformidade constitucional, legal e convencional do Marco Regulatório Trabalhista Infralegal, bem como para propor as estratégias institucionais pertinentes em ordem de prioridade, visando à tutela dos direitos sociais trabalhistas. Ofício nº 3650.2023 - GAB/PGT, expedido em 29/05/2023, para requerer a participação do Ministério Público do Trabalho em Grupo de Trabalho Interministerial. (PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13). Encaminhamento ao MTE, em 07/03/2025, de sugestões apresentadas pela CONAP e COORDIGUALDADE para aperfeiçoamento do do Marco Normativo Trabalhista Infralegal.	CONCLUÍDO

Fomentar estudos e práticas comuns, no marco das atuações autocompositivas, (mediação, negociação e conciliação), segundo as normativas de cada qual, visando ao aperfeiçoamento do diálogo social.	Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de outubro de 2024, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interinstitucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições. (20.02.0001.0002109/2024-90)	CONCLUÍDO
Revogação da alteração efetuada na Norma Regulamentadora nº 03 por meio da Portaria SEPRT n.º 1.068, de 23/09/2019, com repriminção da norma anterior.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	INICIADO
Revogação do Decreto 10.411/2020 e Portaria MTP n. 672/2021, eis que os atos normativos infralegais regulam a análise de impacto regulatório de normas de saúde e segurança do trabalho (normas com referência ambiental e social) a partir de interesse derivado de condicionantes de razoabilidade do seu impacto econômico em detrimento da redução dos riscos inerentes ao trabalho, redução dos riscos de doenças e meio ambiente de trabalho hígido e sadio.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	INICIADO
Revogação do art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de	INICIADO

	Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	
Revogação do art. 18 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 por violação de normas constitucionais e legais	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	INICIADO
Revogação do art. 16 e art. 17 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, eis que tais dispositivos não têm respaldo na Constituição Federal de 1988.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	INICIADO
Participação do MPT como observador no CNT.	Realizados requerimentos e reuniões visando à participação do MPT, na condição de observador, no Conselho Nacional do Trabalho. Participação do MPT admitida nas reuniões do CNT no ano de 2024.	CONCLUÍDO
Situação das ACPs sobre revisão de NR's e possibilidade de acordo: ACP 0000317-69.2020.5.10.0009 - Nulidade do processo de revisão das NRs pela Portaria 1.359/2019 e Anexo Calor da NR 15; ACP 0000532-90.2021.5.10.0015 - Nulidade da Revisão das NRs pelas Portarias 915/2019 e 6730/2020; Nulidade do tratamento jurídico diferenciado de ME e EPP; ACP 0000768-86.2020.5.14.0008 Nulidade das alterações na NR3 sobre	Reunião, em 19/03/2024, com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho (DSST) Dr. Rogério Silva Araújo/MTE, para retomar as tratativas de cooperação interinstitucional, no âmbito de saúde e segurança do trabalho, em especial nas Ações Cíveis Públicas, que tem por objeto irregularidades no processo de elaboração das NR's. Encaminhamento pelo Procurador-Geral do Trabalho ao Ministro do Trabalho e Emprego das manifestações das	INICIADO

embargo e interdição; ACP 0000020-94.2022.5.10.0008 - Suspensão da revisão da NR 36 (CODEMAT).	Coordenadorias Nacionais Temáticas sobre pontos de melhoria no Marco Normativo Infralegal (Ofício n.º 001183.2025 GAB/PGT)	
Processo de revisão das NR's: perspectiva de rever revisões que vieram em prejuízo à SST, como exclusão de trabalhadores de ME e EPP da proteção; tornar as matrizes de riscos da NR 3 discricionárias e suprimir a matriz de risco estabelecida com base em número potencial de vítimas; perspectivas quanto à continuidade do processo de revisão etc; (CODEMAT).	Reunião, em 19/03/2024, com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho (DSST) Dr. Rogério Silva Araújo/MTE, para retomar as tratativas de cooperação interinstitucional, no âmbito de saúde e segurança do trabalho, em especial nas Ações Cíveis Públicas, que tem por objeto irregularidades no processo de elaboração das NR's.	CONCLUÍDO
Necessidade urgente de revisão dos graus de risco da NR 4, que não considera os adoecimentos ocupacionais e que deve considerar a base de benefícios previdenciários por doenças relacionadas ao trabalho/NTEP; (CODEMAT).	Reunião, em 15/03/2023, com o Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego, Ricardo Panquestor e as Coordenadoras da CODEMAT para apresentação do histórico das ações cíveis públicas manejadas pelo MPT e questionamentos sobre o processo de revisão das normas regulamentadoras e algumas normas regulamentadoras decorrentes deste Processo.	INICIADO
Possibilidade de revisão do parecer da AGU que validou terceirização dos SESMTs de forma superficial e sem analisar os argumentos jurídicos da NT do MPT; (CODEMAT).	Envio de manifestação ao Consultor-Geral da União, em 15/03/2023, solicitando a reanálise e cancelamento do Parecer n. 00261/2022/CONJUR-MTP/CGU/AGU Realização de diversas reuniões com o Dr. Ricardo Panquestor sobre o tema	INICIADO

	Solicita informações à Consultoria-Jurídica da União, em 23/05/2024, por meio do Ofício 003086.2024, quanto à tramitação do pedido do Parquet Laboral e quanto aos resultados dele advindos, inclusive no âmbito do Ministério do Trabalho. PGEA 20.02.0001.0002203/2023-77	
Possibilidade de unificação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (atribuição passou para CTPP - art. 40 do Decreto 11.359/2023) com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) do Ministério da Saúde; (CODEMAT).	Reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Felipe Proença De Oliveira, em 11/06/2024, para Articulação para unificação da PNSTT e da PNSST.	CONCLUÍDO
Possibilidade de aproximação/parceria da Fiscalização com CERESTS (sob coordenação da CGSAT do MS) para fortalecer saúde dos trabalhadores e assegurar maior presença do Estado nas empresas; (CODEMAT).	Reunião, em 23/10/2024, com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da STI/MTE, para tratar sobre requisições do MPT ao CEREST.	CONCLUÍDO
Viabilidade de estabelecer mandato para representantes das bancadas na CTPP para oxigenar as ideias. (CODEMAT).	Reunião, em 07/02/2022, entre a CODEMAT e SIT para resolução de problemas na participação do MPT na CTPP	CONCLUÍDO

--	--	--

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

- **Autoridade:** Advogado-Geral da União Jorge Messias

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Direito administrativo sancionador comercial que aproveite para os nossos TACS.		NÃO INICIADO
Reversões diretas de recursos.	Reunião, em 14/2/2023, com o Consultor Geral da União. Assuntos: a) o fim dos acordos para retirada de empresas da lista suja; b) Revogação da atual portaria da NR3 (que, na prática, impossibilita interdições de alojamentos degradantes) e retorno ao texto anterior. c) Revogação do parecer que veda o recebimento de destinações do Ministério Público por órgãos do MTE e demais órgãos federais (PF, PRF etc.). d) Possibilidade de acordo na ACP sobre concurso para AFTs, que hoje está no TRF1, de modo a justificar concurso ainda neste ano, ainda que só para parte dos cargos vagos. e) Orientação aos procuradores federais para solicitarem em Juízo notificação do MPT como custos iuris em ações anulatórias de autos de infração na Justiça do Trabalho, especialmente nos casos de trabalho escravo e infantil. Em 07/09/2023, apresentou-se,	CONCLUÍDO

	conjuntamente com AGU e MTE solicitação ao Presidente do TCU quanto à instauração de procedimento de solução consensual de controvérsias; Reunião entre o MPT e a AGU, em 09/08/2023, para tratar sobre a possibilidade de acordo na ADPF nº 944, por meio do qual se possa criar mecanismo de reparação coletiva de danos trabalhistas difusos, mediante a estruturação de fundo ou conta única, com observância dos princípios da Administração e princípios orçamentários. Em 25/09/2023, houve expedição de ofício ao AGU acompanhado da minuta de normativo sobre o Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas e Promoção do Trabalho Decente. Articulações contínuas com representantes da AGU	
Departamento de Contencioso Trabalhista.	Reunião, em 07/12/2023, com a Secretária Geral do Contencioso do Gabinete do Advogado Geral da União, Dra. Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda.	CONCLUÍDO
Acordos em Ações Anulatórias com transação de direitos difusos.	Reunião, em 14/2/2023, com o Consultor Geral da União. Assuntos: a) o fim dos acordos para retirada de empresas da lista suja; b) Revogação da atual portaria da NR3 (que, na prática, impossibilita interdições de alojamentos degradantes) e retorno ao texto anterior. c) Revogação do parecer que veda o recebimento de destinações do Ministério Público por órgãos do MTE e demais órgãos federais (PF, PRF etc.). d) Possibilidade de acordo na ACP sobre concurso para	CONCLUÍDO

	AFTs, que hoje está no TRF1, de modo a justificar concurso ainda neste ano, ainda que só para parte dos cargos vagos. e) Orientação aos procuradores federais para solicitarem em Juízo notificação do MPT como custos iuris em ações anulatórias de autos de infração na Justiça do Trabalho, especialmente nos casos de trabalho escravo e infantil. Reunião, em 25/11/2024, com a Procuradoria Nacional do Trabalho E Emprego da AGU, com vistas a traçar estratégias complementares de atuação judicial, no âmbito das ações anulatórias ajuizadas pela BASF contra Autos de Infração Trabalhista, que detectaram a prática de trabalho escravo.	
Intervenções em ACP's do MPT (destinação de recursos).	Reunião entre o MPT e a AGU, em 09/08/2023, para tratar sobre a possibilidade de acordo na ADPF nº 944, por meio do qual se possa criar mecanismo de reparação coletiva de danos trabalhistas difusos, mediante a estruturação de fundo ou conta única, com observância dos princípios da Administração e princípios orçamentários.	CONCLUÍDO
Suspensão, até que sobrevenha regulamentação específica, dos acordos que a AGU vem realizando com empresas para que estas saiam da "Lista Suja", o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e tráfico de pessoas para a exploração do trabalho.	Tema tratado na reunião realizada, em 14/2/2023, com o Consultor Geral da União.	CONCLUÍDO

Revogação do Despacho do Exmo. Presidente de República - Processo nº 00405.0191117/2017-61 (DOU Nº 38, Seção 1 de 23 de fevereiro de 2022), a fim de se possibilitar a reversão direta de recursos à órgãos da Administração Pública Federal, decorrentes da atuação finalística do MPT.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	INICIADO
Procuradoria de Defesa da Democracia/ Assédio Eleitoral.		NÃO INICIADO
Criar um grupo de trabalho interinstitucional para elaborar uma metodologia e manual de fiscalização contratual em contratos de terceirização. Importante na esteira da expectativa do julgamento no STF do Tema nº 1118.	Realização de reuniões com a Consultoria Geral da União, redundando no aperfeiçoamento dos procedimentos manual de fiscalização contratual em contratos de terceirização	CONCLUÍDO
Criar um grupo interinstitucional para elaborar manuais e diretrizes de um compliance e integridade administrativos no executivo federal no que diz respeito a direitos trabalhistas e contratações terceirizadas.	Interlocução com o Consultor Geral da União, Dr. André Augusto Dantas Mota Amaral, em 14/02/2023, para tratar de Compliance e integridade em contratação terceirizada da União.	CONCLUÍDO
Verificar a viabilidade do MPT participar ativamente do Comitê Interministerial		NÃO INICIADO

de Governança CIG (faculdade do art. 8-A, § 3º do Decreto 9.901/19) com o foco nas práticas do item anterior.		
Criar grupos de trabalho conjuntos com a Consultoria-Geral da União para tratar de modelos/manuais de fiscalização de contratos quando envolvem trabalho.	Realização de reuniões com a Consultoria Geral da União, redundando no aperfeiçoamento dos procedimentos manual de fiscalização contratual em contratos de terceirização	CONCLUÍDO
Criar formas de cooperação específica com a AGU por seu segmento de polo ativo para trocas de informação e investigação conjunta de situações potenciais de improbidade administrativa em programas, convênios públicos e outras formas de transferência que envolvem projetos com contratação de mão de obra (pode citar exemplo de programas como "pro-jovem campo" e outros que tem muitos problemas com contratação fraudulenta de professores).	Reunião, em 21/02/2024, com o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública;	CONCLUÍDO
Criar Comissão Interinstitucional Conjunta para verificar mecanismos de como implementar a PNAT e efetivar o Decreto 9.450/2018 de forma não disruptiva das contratações	Reunião, em 16/8/2022, com CGU – Dr. José Paulo Julieta Barbiere – Diretor de Auditoria de Políticos Sociais e de Segurança Pública, para tratar do Plano Nacional de Trabalho no âmbito do	CONCLUÍDO

terceirizadas federais em curso.	Sistema Prisional (PNAT) e compliance em contratação.	
Verificar a possibilidade de criar mecanismos de divulgação conjunta aos fiscais de contratos terceirizados o acesso informação dos cadastros de egressos seja dos Estados, Municípios ou Escritórios Sociais para facilitar e viabilizar o cumprimento das cotas federais.	Celebração de ACT entre AGU e MPT, estabelecendo cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública, com especial relevo ao tema das cotas sociais de PCDS e	CONCLUÍDO
Verificar a viabilidade de elaborar em conjunto com a AGU, pré-projeto de Norma Regulamentadora das condições de trabalho no Sistema Prisional (foco em proteger Policiais Penais e Agentes de Segurança - público base do Governo, mas com custos eventuais de implementação suportados pelos Estados - forma inclusive de o Governo diminuir críticas de que não cuida do meio ambiente laboral).	Apresentação, em 2/05/2023, de pedido de reconsideração do Parecer nº 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU e do Parecer nº 00018/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU, com base nos argumentos apresentados pelo GT Sistema Prisional	CONCLUÍDO
Criação de um Fundo Trabalhista.	Reunião entre MPT, AGU e CGU, em 24/07/2023, com vistas a apresentar a proposta de criação de fundo trabalhista para recepcionar recursos decorrentes da atuação finalística do MPT, elaborada no âmbito do GT Reversões.	INICIADO
Situação das ACPs sobre revisão de NR's e	Realização de mesas de negociação, as quais se mostraram infrutíferas.	CONCLUÍDO

possibilidade de acordo: ACP 0000317- 69.2020.5.10.0009 - Nulidade do processo de revisão das NRs pela Portaria 1.359/2019 e Anexo da NR 15; ACP 0000532- 90.2021.5.10.0015 Nulidade da Revisão das NRs pelas Portarias 915/2019 e 6730/2020; Nulidade do tratamento jurídico diferenciado de ME e EPP; ACP 0000768- 86.2020.5.14.0008 - Nulidade das alterações na NR3 sobre embargo e interdição; ACP 0000020- 94.2022.5.10.0008 - Suspensão da revisão da NR 36 (CODEMAT).		
Processo de revisão das NR's: perspectiva de rever revisões que vieram em prejuízo à SST, como exclusão de trabalhadores de ME e EPP da proteção; tornar as matrizes de riscos da NR 3 discricionárias e suprimir a matriz de risco estabelecida com base em número potencial de vítimas; perspectivas quanto à continuidade do processo de revisão etc; (CODEMAT).	Reunião, em 14/2/2023, com o Consultor Geral da União, em que se tratou sobre a revogação da atual portaria da NR3 (que, na prática, impossibilita interdições de alojamentos degradantes) e retorno ao texto anterior.	CONCLUÍDO
Necessidade urgente de revisão dos graus de risco da NR 4, que não considera os adoecimentos ocupacionais e que deve considerar a base de benefícios previdenciários	Realização de mesas de negociação, as quais se mostraram infrutíferas	CONCLUÍDO

por doenças relacionadas ao trabalho/NTEP; (CODEMAT)		
Possibilidade de revisão do parecer da AGU que validou terceirização dos SESMTs de forma superficial e sem analisar os argumentos jurídicos da NT do MPT; (CODEMAT).	Reunião, em 14/3/2023, com a CGU/AGU e expedição de ofício solicitando a revogação de parecer 00261/2022/CONJUR-MTP/CGU/AGU, quanto à possibilidade de terceirização dos serviços especiais de saúde e medicina do trabalho no âmbito das corporações econômicas.	CONCLUÍDO

CASA CIVIL

- **Autoridade:** Ministro Rui Costa

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Favorável às Reversões. Angariar apoio político.		
Pautas de Fortalecimento Institucional.	Reunião, em 29/08/2023, com a Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Débora Beserra, para tratar das questões da saúde indígena e saúde das populações ribeirinhas, principalmente das comunidades de pescadores. Reunião, em 12/12/2023, com a Gerente de Projetos na Secretaria Especial de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - SAJ/CC/PR, Sra. Mariana Cerqueira de Carvalho	CONCLUÍDO

	Oliveira, visando à aproximação interinstitucional. Visita de cortesia, em 28/08/2024, ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da presidência da República, Dr. Marcos Rogerio de Souza. Reunião, em 31/01/2025, com a Secretária Adjunta do Programa de Aceleração do Crescimento da Casa Civil da Presidência da República, Cristiane Battiston, para cuidar da regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens.	
Apoio ao Projeto de Lei n. 3002/2022, que transforma cargos em cargos de Subprocurador-geral do Trabalho e Procurador Regional do Trabalho.	Realizações de inúmeras articulações interinstitucionais, o que redundou na aprovação de Lei criando novos cargos de Procurador e Procurador Regional do Trabalho	CONCLUÍDO
Arquivamento da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) e apresentação de PEC de reforma administrativa que busque expungir as inconstitucionalidades e inconformidades da PEC nº 32/2020.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	CONCLUÍDO
Revogação do Decreto nº 9.507/2018, que amplia hipóteses de terceirização na Administração Pública, para que não sejam malferidos os princípios da legalidade, da impessoalidade, da	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	CONCLUÍDO

moralidade, e, inclusive, da eficiência.		
Apoio político e orçamentário na construção da sede da PGT.		NÃO INICIADO
Fomentar a contratação de aprendizes vulneráveis pelo meio alternativo de cumprimento de cota, aumentando o número de entidades concedentes.		NÃO INICIADO
Revogação do Despacho do Exmo. Presidente de República - Processo nº 00405.0191117/2017-61 (DOU Nº 38, Seção 1 de 23 de fevereiro de 2022), a fim de se possibilitar a reversão direta de recursos à órgãos da Administração Pública Federal, decorrentes da atuação finalística do MPT.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	INICIADO
Projeto Estratégico Catadores.	Realização de várias articulações interinstitucionais para fomento do trabalho decente entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis	CONCLUÍDO

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- **Autoridade:** Ministro Alexandre Padilha

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
-----------------	---------------------	----------

Pautas de Fortalecimento Institucional.	Realizações de inúmeras articulações interinstitucionais, visando o fortalecimento do MPT	CONCLUÍDO
Apoio ao Projeto de Lei n. 3002/2022, que transforma cargos em cargos de Subprocurador-geral do Trabalho e Procurador Regional do Trabalho.	Realizações de inúmeras articulações interinstitucionais, o que redundou na aprovação de Lei criando novos cargos de Procurador e Procurador Regional do Trabalho	CONCLUÍDO
Arquivamento da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) e apresentação de PEC de reforma administrativa que busque expungir as inconstitucionalidades e inconformidades da PEC nº 32/2020.		NÃO INICIADO
Apoio político e orçamentário na construção da sede da PGT.		NÃO INICIADO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

- **Autoridade:** Controlador-Geral da União Vinicius Carvalho

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Desenvolver pauta de compliance. Apoio CONAP.	Reunião, em 16/8/2022, com CGU – Dr. José Paulo Julieta Barbiere – Diretor de Auditoria de Políticos Sociais e de Segurança Pública, por vídeoconferência .Assunto: Plano Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional	CONCLUÍDO

	(PNAT) e compliance em contratação.	
Fiscalização de contratos.	Participação, em 3/11/2023, de Capacitação para Operação do “Sistema Macros”, da Controladoria Geral da União (CGU)	CONCLUÍDO

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

- **Autoridade:** Ministra Anielle Franco

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e Coordigualdade.	Reunião, em 01 de fevereiro de 2023, com a Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta Cristina Eugênio dos Santos Silva, para apresentação de pautas de interesse do MPT. Reunião, em 07/02/2025, com o Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SENAPIR, Sr. Clédisson dos Santos, para formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à Coordigualdade.	Manifestação da Coordigualdade conforme Doc n.º 000908.2023, PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	CONCLUÍDO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

- **Autoridade:** Ministro Flávio Dino - Ricardo Lewandowski

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e CONAETE/CONAP.	Reunião, em 07/02/2023, com o Secretário Nacional de Justiça e os Coordenadores Nacionais da Conaete, para apresentação de pauta em comum visando ao favorecimento de cooperação e fortalecimento institucional. Reunião, em 18/06/2024, com o Ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski, com vistas a prospectar espaços de cooperação interinstitucional	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à CONAETE/CONAP.	Manifestação das Coordenadorias conforme Doc n.º 016891.2022 e Doc n.º 016895.2022, PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	CONCLUÍDO
Corrupção.	Reunião, em 07/02/2023, com o Secretário Nacional de Justiça e os Coordenadores Nacionais da Conaete, para apresentação de pauta em comum visando ao favorecimento de cooperação e fortalecimento institucional.	CONCLUÍDO
Política penitenciária.	Reunião, em 08/02/2023, com o Secretário de Políticas Penais, Rafael Velasco Bradani e a Coordenação da Conap, para proposição da revogação do Decreto nº 10.106/2019 e apresentação de projeto de Defesa das condições de trabalho	CONCLUÍDO

	no sistema Prisional, além da prospecção de pautas convergentes. Reunião, em 13/03/2024, com o Secretário Nacional de Políticas Penais, Dr. André de Albuquerque Garcia, visando ao desenvolvimento de cooperação institucional, para promoção do trabalho decente no sistema prisional.	
Integração do MPT ao SISBIN e ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública.	Demanda apresentada na reunião com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Francisco Tadeu Barbosa Alencar, em 18/01/2023, para destacar a necessidade de inserção do MPT no SISBIM e no sistema Integrado de Inteligência de Segurança bem como no compartilhamento de informação e no conhecimento especializado para fins de estruturação do setor de inteligência no âmbito do Ministério Público do Trabalho. Ações de integração ao SISBIN, com a possibilidade de compor a Câmara Temática da Justiça, mediante termo específico de adesão.	CONCLUÍDO
Aperfeiçoamento da estrutura e legitimação da PRF nas atividades de suporte ao MPT, incluindo a capacitação.	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Facilitação da aquisição de produtos controlados e do porte arma aos integrantes do MPT, sem necessidade de	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO

interveniência da PF e Exército (MP como órgão autônomo).		
Revogação do Decreto nº 10.106/2019, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento a parcerias com a iniciativa privada para a construção, modernização e operação de unidades prisionais.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	CONCLUÍDO
Revogação do art. 2º da Portaria nº 87 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 23 de março de 2020.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13	CONCLUÍDO
Cessão de Servidores da PRF ao MPT (estruturação Seção Inteligência da SSI. Ofícios n. 34, 37, 39 e 50/2023).	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Desenvolvimento de estratégia para atuação internacional na temática do tráfico de pessoas.	Reunião, em 7/2/2023, com o Secretário Nacional de Justiça, Sr. Augusto de Arruda Botelho, para tratar de Cooperação Interinstitucional na área de Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo Reunião, em 15/02/2022, entre o Departamento de Imigração do Ministério da Justiça e o MPT (SRI e CONAETE) visando à alteração da Portaria MJSP nº 87/2020, sobre tráfico de pessoas, com base na NOTA TÉCNICA n. 02/2020 (PGEA 20.02.0001.0010615/2021-36).	CONCLUÍDO

Fortalecimento da parceria entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em especial o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.	Realizada de cortesia, em 08/05/2024, ao Coordenador-Geral de Imigração Laboral do CNI/MJSP, Sr. Jonatas Luís Pabis e à Coordenadora do Conselho Nacional de Imigração/MJSP, Sra. Silvia Cristina Tavares da Silva, juntamente com a Vice Coordenadora da CONAETE, visando à apresentação da atuação do MPT no enfrentamento ao tráfico de pessoas, para fins de trabalho forçado e trabalho sexual.	CONCLUÍDO
---	--	------------------

POLÍCIA FEDERAL

- **Autoridade:** Diretor-Geral Andrei Rodrigues

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas, SSI e CONAETE.	Designação do Secretário de Relações Institucionais, Dr. Rafael Dias Marques, como integrante do GT instituído pela Portaria 470.2024, para as tratativas junto ao Departamento de Polícia Federal, no intuito de estabelecer cooperação técnica e operacional entre o MPT e a PF, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o aprimoramento da atuação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal, bem como cooperação mútua para o fomento de atividades de segurança pública em prol da sociedade, nas matérias de atuação dos órgãos cooperados;	CONCLUÍDO

	Reunião com a Corregedoria-Geral da Polícia Federal sobre o tema assédio; Reunião com a Polícia Federal, em 17/06/2024, ocasião em que se deliberou 1) pela atuação cooperativa no combate à clandestinidade em atividades de segurança privada. 2) pela inclusão de matérias de equidade e combate à discriminação nos cursos de formação e reciclagem de vigilantes. 3) pelo envio de Proposta de Portaria sobre o conteúdo programático dos cursos de formação, para fins de contribuição do MPT. 4) pelo envio de texto por parte do MPT, para alteração da Portaria 18.045, para fins de referência a LBI e Tratados Internacionais, com vistas à inclusão de PCDs na vigilância.	
Levantar Demandas junto à SSI	Realização de reunião com Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Integração do MPT ao SISBIN e ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública.	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Facilitação da aquisição de produtos controlados e do porte arma aos integrantes do MPT, sem necessidade de interveniência da PF e Exército (MP como órgão autônomo).	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Atuação conjunta na prevenção e combate ao	Visita de cortesia, em 2/2/2023, ao Diretor Geral da Polícia Federal	CONCLUÍDO

trabalho escravo e tráfico de pessoas.	Delegado Andrei Passos Rodrigues, objetivando aproximação Interinstitucional em atividades finalísticas conjuntas.	
Combate a garimpos clandestinos.		NÃO INICIADO

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- **Autoridade:** Ministra Nísia Rodrigues

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e a CODEMAT.	Reunião, em 14/06/2023, com a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Leonor Noia Maciel, com participação da CODEMAT.	CONCLUÍDO
Apoio/atuação conjunta no projeto GAET-CODEMAT do MPT de Fortalecimento da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no SUS, inclusive por meio de estímulo do MS à concessão de poder de polícia pelos Municípios e Estados aos CERESTS; (CODEMAT).	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a CODEMAT	CONCLUÍDO

Apontar a necessidade de melhoria do financiamento federal para ampliar e consolidar a atuação dos CERESTS: atualmente, é cerca de R\$ 30 mil, não houve aumento há mais de 15 anos.	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a CODEMAT	CONCLUÍDO
Apurar a possibilidade de unificação ou compartilhamento da base de notificação da CAT e do SINAN (questão facilitada pela Lei 14.534/2023, que estabelece o número do CPF como número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, inclusive em substituição ao NIT, PIS, CTPS e cartão nacional de saúde).	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a CODEMAT	CONCLUÍDO
Averiguar a possibilidade de unificação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) do Ministério da Saúde com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (atribuição passou para CTPP - art. 40 do Decreto 11.359/2023); (CODEMAT).	Reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Felipe Proença de Oliveira, em 11/6/2024, com vistas à unificação da PNSTT e da PNSST.	CONCLUÍDO
Verificar a possibilidade de articulação do projeto do MPT Segurança e Saúde nas Escolas com o Programa Saúde nas Escolas do Ministério da Saúde. (CODEMAT).	Realização de várias reuniões interinstitucionais, juntamente com a CODEMAT	CONCLUÍDO

--	--	--

MINISTÉRIO DAS MULHERES

- **Autoridade:** Ministra Cida Gonçalves

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e a COORDIGUALDADE.	Reunião, em 29/05/2024, com a Diretora de Proteção de Direitos e Violência contra Mulher (Ministério da Mulher), sra. Patrícia Rodrigues da Silva, visando à identificação e desenvolvimento de políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; Reunião, em 29/01/2025, com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Dra. Denise Motta Dau, para articulação de ações pelo fim da violência contra a mulher a partir de campanhas conjuntas, além do estímulo à ratificação da Convenção nº 190 da OIT.	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à COORDIGUALDADE.	Manifestação da Coordenadoria conforme Doc n.º 016897.2022 e Doc n.º 000908.2023, PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	CONCLUÍDO

MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS

- **Autoridade:** Ministro Márcio França

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e a CONATPA.	Reunião, em 17/01/2025, com o Secretário Nacional dos Portos, sr. Alex Sandro de Ávila, para apresentação institucional e articulação de um Acordo de Cooperação Técnica.	CONCLUÍDO
Acesso ao sistema Porto sem Papel (Segundo informações trazidas na página oficial do Porto de Santos, na rede mundial de computadores, o Porto Sem Papel é um "sistema que automatizou a prestação de informações necessárias à estadia de embarcações nos portos públicos brasileiros. Desta forma, as Agências de Navegação prestam as informações aos órgãos intervenientes por meio do preenchimento do Documento Único Virtual (DUV) do sistema. Os seis órgãos que necessitam estar presentes em todas as atracções fazem parte do projeto: Autoridade Portuária (Porto), a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Departamento de Polícia Federal (Polícia Marítima), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Vigiagro), a Marinha do Brasil (Autoridade Marítima) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Autoridade Aduaneira).	Firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Portos e Aeroportos, publicado no DOU em 5/12/2024, para o estabelecimento de condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco, entre os partícipes, observando, no que couber, a Lei Geral de Proteção de dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), em relação ao tratamento dos dados compartilhados entre as partes, o qual se dará por meio de acesso ao sistema Porto Sem Papel gerido pelo Ministério de Portos e Aeroportos e por informações compartilhadas diretamente pelo Ministério Público do Trabalho, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.	CONCLUÍDO

Inserção do MPT ator qualificado em eventual processo de desestatização dos portos. Diálogo interinstitucional e fomentar a atuação das questões que envolvem a temática do trabalho Portuário e Aquaviário. O objetivo desta solicitação é contribuir para o aprimoramento do processo, em especial as implicações no que tange a contratação da mão de obra portuária avulsa para a prestação de serviços portuários.		NÃO INICIADO
--	--	----------------------------

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ASSISTÊNCIA, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

- **Autoridade:** Ministro Wellington Dias

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reunião entre as Cúpulas e a COORDINFÂNCIA.	Realizada reunião	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à COORDINFÂNCIA.	Manifestação da Coordenadoria conforme Doc n.º 016892.2022, PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	CONCLUÍDO
Cofinanciamento do PETI.	Realizada reunião	CONCLUÍDO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

- **Autoridade:** Ministra Marina Silva

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e CODEMAT/CONAP.	Reunião, em 24/07/2024, com o Secretário Executivo do Conselho Nacional do Meio Ambiente, visando à aproximação institucional. Reunião, em 05/08/2024, com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com vistas a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, com destaque especial na área de meio ambiente de trabalho.	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à CEDEMAT/CONAP.	Manifestação das Coordenadorias conforme Doc n.º 016894.2022, Doc n.º 000732.2023 e Doc n.º 016895.2022, PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	CONCLUÍDO
Revogação dos Decretos nº 10.117/2019 e 10.936/2022, que prejudicam os catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis, substituindo-os por marcos normativos consonantes com os objetivos dos arts. 3º e 174, § 2º da Constituição Federal.	Documento n.º 016879.2022 consolidou as demandas do MPT e foi apresentado ao Grupo de Transição Presidencial no dia 23/11/2022, conforme PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13 Reunião, em 7/12/2022, com o Deputado Valtenir Pereira, do Grupo Técnico Justiça e Segurança Pública, do Gabinete de Transição Governamental, para discutir temas afetos à CONAP, tais como a revogação dos Decretos nº 10.106/2019, 9.507/2018, 10.117/2019 e 10.936/2022; o arquivamento da PEC nº 32/2020; a aprovação e a ampliação de escopo do PL 4.376/2021; o	CONCLUÍDO

	arquivamento do PL nº 1.293, de 07 de abril de 2021; e a revogação do Parecer 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU	
Reforçar conexão das temáticas do MAT e seus impactos no meio ambiente em geral (mineração, grandes acidentes etc); (CODEMAT).		NÃO INICIADO
Tratar da possibilidade de restauração da Comissão Nacional de Riscos Químicos - CONASQ; (CODEMAT).		NÃO INICIADO
Tratar da possibilidade de retomada do andamento do Anteprojeto de Lei sobre Substâncias Químicas. (CODEMAT).		NÃO INICIADO

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- **Autoridade: MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS**

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e a COORDIGUALDADE.	Reunião, no dia 10 de fevereiro de 2025, com o Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para acertamento do apoio institucional do Ministério Público do Trabalho ao evento "A constitucionalização das ações afirmativas e o papel do setor	CONCLUÍDO

	corporativo à igualdade de oportunidade"	
Levantar Demandas junto à COORDIGUALDADE.	Demandas conforme Docs n.º 016897.2022 e Doc n.º 000908.2023, no PGEA 20.02.0001.0014176/2022-13.	CONCLUÍDO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

- **Autoridade:** Diretor-Geral Antonio Fernando Souza Oliveira

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas, SSI e CONAETE.	Realizada reunião com o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal Inspetor Antônio Fernando de Souza Oliveira, em 25/01/2023, para aproximação institucional.	CONCLUÍDO
Levantar Demandas junto à SSI.	Realização de reunião com Secretaria de Segurança Institucional	CONCLUÍDO
Aperfeiçoamento da estrutura e legitimação da PRF nas atividades de suporte ao MPT, incluindo a capacitação. Atuação conjunta na prevenção e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas.	Reunião, em 7/2/2023, com o Diretor de Inteligência e Operações da Polícia Rodoviária Federal MARCUS VINICIUS, para apresentação de demanda da CONAETE com vistas ao apoio da PRF no Grupos Moveis do Trabalho Escravo.	CONCLUÍDO
Organização de forças tarefas conjuntas.	Realização de Forças tarefas	CONCLUÍDO
Projeto Mapear.		

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- **Autoridade:** Paulo Pimenta

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e SECOM.		NÃO INICIADO

MINISTÉRIO DOS POVOS TRADICIONAIS

- **Autoridade:** Sônia Guajajara

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e CONAETE.		NÃO INICIADO

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- **Autoridade:** André de Paula

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas E CONATPA.	Reunião, em 18/01/2023, com o Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, com a devida apresentação das demandas do MPT e encaminhamento para contatos posteriores com a CONATPA. Reunião, em 17/09/2024, com o Secretário Nacional de Pesca, Amadora e Esportiva, Sr. Expedito Gonçalves Ferreira Netto, com vistas a prospectar aproximação	CONCLUÍDO

	institucional, bem como apresentar o Projeto Estratégico de Enfrentamento às Irregularidades Trabalhistas na Pesca Industrial.	
--	--	--

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- **Autoridade:** Camilo Santana

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e Coordinfância/CODEMAT.	Reunião com o Secretário Executivo do MEC Substituto, Prof. Gregório Durlo Grisa, em 22/08/2024, para tratar da participação de jovens em ações que poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude. Reunião com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC, Sra. Zara Figueiredo, para articulação de um Acordo de Cooperação Técnica.	CONCLUÍDO
Verificar a possibilidade do Ministério da Educação expedir uma diretriz para inclusão do tema Saúde e Segurança no Trabalho como conteúdo obrigatório nos currículos escolares e nos livros didáticos de todos os níveis de ensino (art. 14 da Convenção 155 da OIT ratificada pelo Brasil dispõe	Realizada reunião com o Conselho Nacional de Educação—CNE, Sr. Otavio Luiz Rodrigues Jr, em 09/07/2025, para discutir a possibilidade de aprovação de orientações para os cursos de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho.	INICIADO

sobre a obrigatoriedade); (CODEMAT).		
Na mesma linha da sugestão anterior, averiguar a possibilidade do Ministério da Educação expedir uma diretriz para inclusão de disciplina obrigatória de Saúde do Trabalhador nos currículos dos cursos de Medicina e Enfermagem e de Segurança do Trabalho nos cursos de Engenharia. (CODEMAT)	Realizada reunião com o Conselho Nacional de Educação–CNE, Sr. Otavio Luiz Rodrigues Jr, em 09/07/2025, para discutir a possibilidade de aprovação de orientações para os cursos de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho.	INICIADO

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- **Autoridade:** Aloysio Mercadante

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e CONAP.	Reunião com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para formalização de Acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo. Reunião, em 29/08/2024, com o BNDES - Paula Saldanha (Superintendente da Área Jurídica), Pedro José (Chefe do Departamento de Contencioso), Fernanda Assunção (gerente do contencioso trabalhista) e Raoni Chaves (advogado da gerência trabalhista) – para tratar de	CONCLUÍDO

	Acordo de Cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo.	
--	---	--

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA (CARLOS LUPI)

- **Autoridade:** Carlos Lupi

AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
Agendar reuniões entre as Cúpulas e CODEMAT.	Reunião, em 06/02/2024, com o Ministro da Previdência Carlos Lupi, com vistas articulação para efetiva aplicação do NTEP e para unificação das bases de notificação do SINAN e da CAT.	CONCLUÍDO
Apontar a necessidade de melhorar a efetiva aplicação do NTEP: levantamento do MPT apontou que 79% dos benefícios concedidos entre 2016 e 2020, que possuíam CID com NTEP com CNAE da empresa, não foram considerados como acidentários pelos peritos do INSS, o que prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras e os cofres da Previdência. O afastamento do NTEP é um ato médico administrativo e como tal deve ser fundamentado. Não é crível que em perícias com	Reunião, em 06/02/2024, com o Ministro da Previdência Carlos Lupi, com vistas articulação para efetiva aplicação do NTEP e para unificação das bases de notificação do SINAN e da CAT.	CONCLUÍDO

duração de 15 a 20 minutos, os peritos médicos federais consigam descaracterizar a presunção legal da relação do adoecimento com o trabalho em quase 80% dos casos; (CODEMAT).		
Apurar a possibilidade de unificação ou compartilhamento da base de notificação da CAT e do SINAN (questão facilitada pela Lei 14.534/2023, que estabelece o número do CPF como número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, inclusive em substituição ao NIT, PIS, CTPS e cartão nacional de saúde); (CODEMAT).	Reunião, em 06/02/2024, com o Ministro da Previdência Carlos Lupi, com vistas articulação para efetiva aplicação do NTEP e para unificação das bases de notificação do SINAN e da CAT.	CONCLUÍDO
Levantar propostas de atuação do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do MPS com vistas à atuação articulada com o MPT em projetos da CODEMAT (no organograma do Executivo de 11/01/2023, ainda não tinha definido quem iria ocupar a chefia desse departamento) e possibilidades de atuação em parceria com o MPT. (CODEMAT).	Reunião, em 26/09/2023, com o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Dr. Wolney Queiroz Maciel, e o Presidente do INSS, Dr. Alessandro Antônio Stefanutto, para tratar sobre a renovação de Termo de Cooperação Técnica entre MPS, o INSS e o MPT, visando intercâmbio de dados, auditorias, elaboração de estudos e construção de relatórios de interesse comum.	CONCLUÍDO

(assinado eletronicamente)

RAFAEL DIAS MARQUES

PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Secretaria de Relações Institucionais-SRI

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACTs)

Fonte: Planilha de Acompanhamento ACTs – Atualizado em julho de 2025

1. Panorama Geral

- **Total de Acordos de Cooperação Técnica Elaborados: 140**
- **Acordos Ativos (vigentes ou sem data final definida): 74**
- **Acordos Finalizados: 66**

Critérios utilizados:

- *Ativos:* com data de vigência futura ou vigência indeterminada.
- *Finalizados:* com vigência expirada até a data atual.

2. Distribuição por Responsável

Responsável	Ativos	Finalizados	Total
SETEF	9	4	13
SPAI	8	4	12
CONAP	7	4	11
CODEMAT	5	3	8
CONATPA	5	1	6
Coordiigualdade	5	5	10
SRI	6	0	6
CONAFRET	4	17	21
SCIT	4	5	9
Outros/Não indicados	21	23	44

Tabela com dados compilados a partir dos registros disponíveis até julho de 2025.

3. Representação Gráfica

Gráfico 1 – Situação dos ACTs

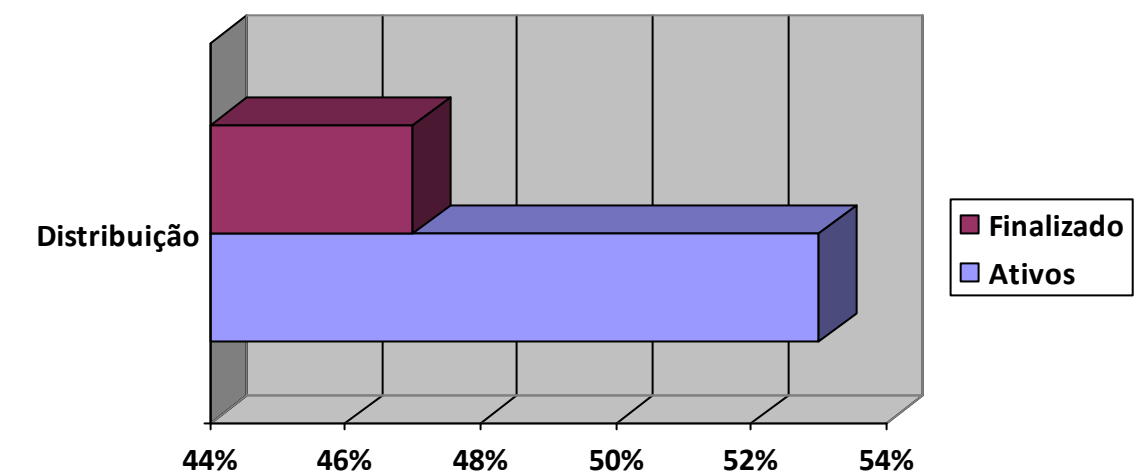
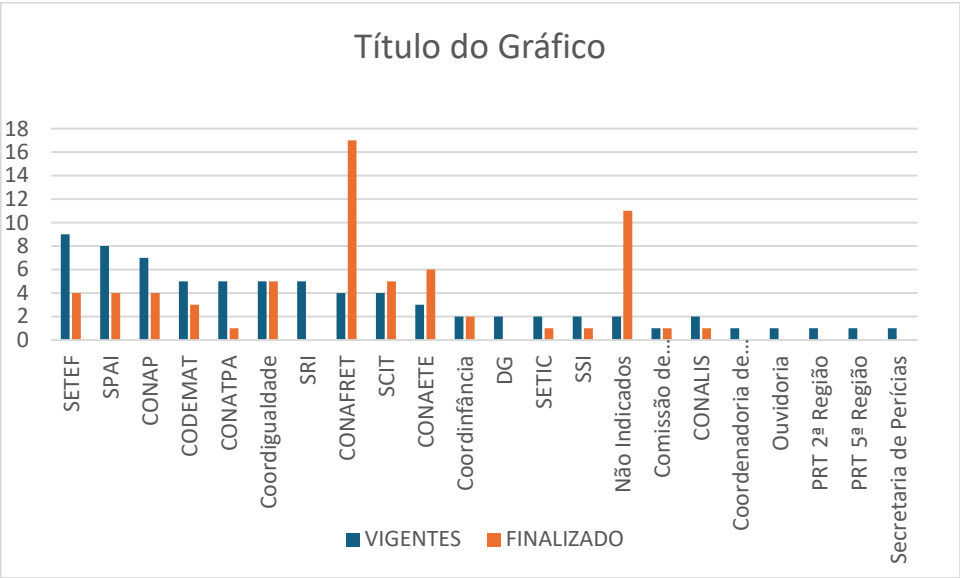


Gráfico 2 – Distribuição dos ACTs por Responsável (Barras)

Representa visualmente a atuação dos principais responsáveis na coordenação dos acordos.



4. Acordos em vias de assinatura:

Acordos em tramitação:

Número do PGEA:	Nome da Entidade
20.02.0001.0012699/2022-25	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
20.02.0001.0004424/2025-50	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
20.02.0001.0000947/2024-36	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
20.02.0001.0007187/2023-48	Ministério da Previdência Social (MPS), o Instituto Nacional do seguro Social (INSS)
20.02.0001.0006578/2024-95	Ministério do Meio Ambiente – MMA
20.02.0001.0009240/2024-98	Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG
20.02.0001.0002905/2025-32	Ministério Público da União – ESMPU
20.02.0001.0007353/2024-25	Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
20.02.0001.0007589/2024-55	Agência Nacional de Transporte Terrestres - ANTT
20.02.0001.0005577/2025-56	Penhora e leilão de Equipamentos - MTE
20.02.0001.0005461/2025-84	Ministério de Portos e Aeroportos - (MPor)
20.02.0001.0002632/2025-31	Projeto de Inteligência Artificial - TST

5. Considerações Finais

O presente relatório evidencia que a maior parte dos ACT's firmados pelo Ministério Público do Trabalho encontra-se vigente, o que demonstra um esforço contínuo em manter parcerias estratégicas ativas com outras instituições públicas e entidades da sociedade civil.

A concentração de acordos sob a responsabilidade de determinadas coordenações temáticas, como a SETEF, a SPAI e a CONAP, evidencia a especialização e o protagonismo desses setores em temas transversais. Destacam-se, entre eles, a educação continuada de membros(as) e servidores(as), a gestão de dados relevantes e o direcionamento estratégico da atuação finalística do MPT, voltada ao enfrentamento de violações à legislação constitucional e trabalhista.

Recomenda-se a manutenção do monitoramento periódico, com especial atenção aos prazos de vigência e possibilidade de aditamentos, além da avaliação de impacto dos instrumentos firmados.

RELATÓRIO DE REUNIÕES REALIZADAS PELA A SRI JUNTO AS COORDENADORIAS NO PERÍODO DE 2023 A 2025

Panorama Geral

Este relatório apresenta o registro de 171 reuniões realizadas entre 2023 e 2025, das quais: 30 foram acompanhadas pelo Secretário de Relações Institucionais junto ao Procurador-Geral do Trabalho; 5 com a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho; e 136 com as Coordenadorias Temáticas. Além disso, 4 reuniões foram canceladas e 8 não chegaram a ser agendadas. Esses encontros documentam articulações institucionais, parcerias estratégicas e tratativas de interesse institucional conduzidas no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

1. – Abaixo discriminado as reuniões em que a SRI acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho

NOME	ASSUNTO	DATA DO AGENDAMENTO
Acompanhou o Procurador- Geral em audiência com o Ministro de Estado, André de Paula	Cooperação Interinstitucionais entre o MPT e o Ministério da Pesca.	18.01.2023
Acompanhou o Procurador- Geral em reunião com o Consultor Geral da União, Dr. André Augusto Dantas Motta Amaral	Compliance e integridade em Contratação Terceirizada da União	14.02.2023
Acompanhou o Procurador- Geral em reunião com o Ministro do Trabalho e Emprego, em missão de combate ao trabalho escravo na região das vinícolas em Caxias do Sul/RS	Combate ao trabalho escravo na região das vinícolas em Caxias do Sul/RS	20 a 21.03.2023
Acompanhou o Procurador- Geral em visita institucional ao Secretário Municipal do Governo/SP, Sr. Edson Aparecido		12.04.2023

Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em reunião com o Governador do Paraná		23.05.2023
Acompanhou o Procurador-Geral em visita institucional à Deputada Federal Samia Bonfim		14.04.2023
- Agenda com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Bomfim de Castro e Silva/Rio de Janeiro		28.04.2023
Acompanhou o Procurador-Geral em reunião com o Consultor-Geral da União, Dr. André Augusto Dantas Motta do Amaral		18.08.2023
Acompanhou o Procurador-Geral em reunião com o Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho		04.09.2023
Acompanhou o Procurador-Geral no Evento – Trabalho Escravo, no Ministério do Trabalho e Emprego (Ministro Luiz Marinho)		05.09.2023
Acompanhou o Procurador-Geral em audiência com o Ministro do STF Cassio Nunes		25.10.2023
Acompanha o PGT na reunião com o a Procuradora Nacional da Fazenda, Dra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida	Fraudes na relação de emprego e evasão fiscal	28.11.2023
Acompanhou o Procurador-geral em Reunião com o Ministro Luís Roberto Barroso/STF		30.11.2023

Acompanha o PGT em reunião com o Presidente do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa	Reversões	12.12.2023
Acompanhou o Procurador-Geral e o Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho/Ferroupilhas/RS	Conferência sobre as Ações Pactuadas e seus efeitos Preventivos sobre o Setor da Viticultura	14.12.2023
Acompanhou o Procurador-Geral, em reunião com o Ministro Luiz Marinho – Ministério do Trabalho e Emprego Acompanhou o Procurador-Geral na assinatura do ACT com a AGU		31.01.2024 14.03.2024
Acompanhou o Procurador-Geral em reunião com o Ministro STF Flavio Dino	ADPF 944	14.03.2024
Acompanhou o PGT na Assinatura do Memorando de Entendimento com o Pacto Global da ONU no Brasil		23.04.2024
Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. José de Lima, em reunião de Trabalho sobre litigiosidade na Justiça do Trabalho		29.04.2024
Acompanhou o Procurador-Geral em reunião com as Centrais Sindicais	Para discursão dos impactos da calamidade climáticas do Rio Grande do Sul nos direitos dos trabalhadores e trabalhadora	05.06.2024
Acompanhou o Procurador-Geral na " Solenidade de Posse de Sua Excelência o Senhor Ministro André Mendonça no cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral		25.06.2024

Acompanhou o Procurador-Geral em reunião com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Lelio Bentes Corrêa		01.07.2024
Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em Audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho		12.09.2024
Acompanhou o Procurador-Geral na Abertura do SEMINÁRIO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2024 , realizado pelo MTE, em parceria com o Departamento de Trabalho dos EUA e a OIT		11.11.2024
Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em solenidade de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre MPT e Conselho Nacional de Direitos Humanos		12.12.2024
Acompanhou o Procurador-Geral, em reunião com o Ministro Luiz Marinho – Ministério do Trabalho e Emprego	Reunião com a Delegação do Pacto Global da ONU no Brasil, com a participação da Dra. Sofia Vilela, Secretária Adjunta da Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista	31.01.2025
Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em Cerimonial de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o PGT e o Ministro do Esporte, André Fufuca		
Acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho em reunião com o Des. Presidente do TRT	<u>Objeto:</u> indenização por descumprimento da Lei de cotas para pessoas com deficiência, para realização de projetos paradesportivo	26.02.2025

6ª Região, Dra. Nise Pedroso Lins de Sousa		
Acompanhou o Procurador-Geral na reunião com o Diretor Geral da OIT no ministério do Trabalho e Emprego		11.03.2025
Acompanhar o Procurador-Geral na reunião com o Dr. André Augusto Dantas Motta Amaral – Consultor-Geral da União-CGU/AGU	Para tratar do Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU	08.05.2025

2. - Abaixo discriminado as reuniões em que a SRI acompanhou a Vice-Procuradoria-Geral do Trabalho

NOME	ASSUNTO	DATA DO AGENDAMENTO
Reunião com Conselho da Criança e do Adolescente	Aproximação Institucional	11.06.2024
Reunião Conselho Nacional de Saúde, presidente Fernando Pigatto	Visita de cortesia com intuito de fortalecer o relacionamento institucional com estimado Conselho	18.06.2024
Conselho Nacional dos Direitos Humanos- CNDH, Vice-presidente André Carneiro Leão	Visita de cortesia com intuito de fortalecer o relacionamento institucional com estimado Conselho	30.07.2024
Reunião com o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM	Visita de cortesia	24.10.2024
Reunião com o Sr. Raphael Castelo Branco, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI	Aproximação com Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	28.01.2025

3. Abaixo discriminado as reuniões em que a SRI realizou com as Coordenadorias Temáticas:

a. CONAPTA

Reunião entre o MTP e a SNPar/MESP	Sobre estratégias de reversão de recursos para promoção do paradesporto	30.08.2024
Reunião com o Secretário Nacional dos Portos sr. Alex Sandro de Ávila	Apresentação Institucional e firmamento de um Acordo de Cooperação Técnica de Segurança Pública	17.01.2025

b. CONALIS

Reunião com a Secretária Executivo professora Izolda Cela	Para tratar do Grupo de Trabalho Interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas	07.06.2023
Reunião com o Ministério da Cultura	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	26.09.2023
Reunião com o Conselho Federal de Psicologia	sobre Diagnóstico em Saúde Mental	27.02.2024
Reunião com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo.	05.04.2024

Reunião com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica	Promover aproximação com instituições de pesquisas e levantamento de dados para os projetos nacionais	10.06.2024
Reunião com os Diretores Adjuntos do DIESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos. Sr. Victor Pagani	Renovar o acordo de cooperação técnica entre MPT e DIEESE, buscar interação com o DIEESE visando a realização de pesquisas, qualitativas e quantitativas, estudos, atividades, capacitações, difusão de conhecimento e eventos com o propósito de promover e subsidiar os projetos estratégicos da CONALIS, a saber, Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicalista, Sindicalismo e Diversidade, e Diversidade, e Sindicalismo e Juventude	20.06.2024
Reunião com as Coordenadoras da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social	Para tratar do pedido para tratar do pedido de atuação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.	22.10.2024
Reunião com o Secretário Executivo do MEC substituto Prof. Gregório Durlo Grisa	Participação de jovens em ações que poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude	22.08.2024
Reunião com as Coordenadoras da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social	Para tratar do pedido para tratar do pedido de atuação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.	22.10.2024
Reunião com o Superintendente do CADE, Dr. Alexandre Barreto de Souza	Cooperação Interinstitucionais	12.11.2024
Reunião com a Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Sra. Márcia Rollemberg	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras,	25.11.2024

	peessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	
Reunião com o Superintendente do CADE, Dr. Alexandre Barreto de Souza	Cooperação Interinstitucionais	12.11.2024
Ministério da Igualdade Racial - Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo Sr. Clédisson dos Santos. Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SENAPIR	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	07.02.2025
Reunião com o Ministério dos Direitos Humanos	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	06.02.2025
Reunião com o sr. Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho	Para tratar do Acordo de Cooperação Técnica entre MTE	11.03.2025
Reunião com o Dr. Ciro Carvalho Miranda, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte	Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MPT e Ministério do Esporte, para fins de destinação de recursos para financiamento de projetos para desportos.	25.03.2025
Reunião com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC, SRA. ZARA FIGUEIREDO	Celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT).	28.03.2025

Reunião Secretário de Inspeção do Trabalho, Sr. Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello,	Intensificar a interação com o Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do Projeto Estratégico “Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais”	08.04.2025
--	---	-------------------

c. **COORDIGUALDADE**

Reunião com o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal Inspetor Antônio Fernando de Souza Oliveira	Aproximação Interinstitucional	25.01.2023
– Reunião com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres Dra. Denise Motta Dau	Apresentação da Coordigualdade do MPT e todas as ações desenvolvidas pela coordenação no combate à discriminação e violência de gênero no âmbito do trabalho, como grupo de trabalho doméstico, violência e assédio, gênero e cuidado, Gestante, bem como apresentar o Projeto Estratégico Nacional “Empregabilidade das Mulheres Vítimas de Violência”, as ações já desenvolvidas e planejadas para execução do projeto.	06.06.2023
Reunião com Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Sra. symmy larrat	Expedição do Decreto nº 11.471 de 6 de abril de 2023 – que institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. Objetivo: Apresentação da Coordigualdade do MPT e do projeto estratégico nacional “Empregabilidade LGBTQIA+ que fomenta a eliminação da discriminação, violência e	06.06.2023

	assédio a população LGBTQIA+ nos ambientes empresariais, criação de oportunidades de capacitação e de trabalho para essa população, e considerando a previsão do artigo 5º que elenca a participação em caráter permanente de diversos órgãos e instituições, solicitar a participação do MPT nas reuniões do Conselho, na forma estabelecida neste artigo	
– Reunião com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres Dra. Denise Motta Dau	Apresentação da Coordigualdade do MPT e todas as ações desenvolvidas pela coordenadoria no combate a discriminação e violência de gênero no âmbito do trabalho, como grupo de trabalho doméstico, violência e assédio, gênero e cuidado, gestante, bem como apresentar o Projeto Estratégico Nacional “Empregabilidade das Mulheres Vítimas de Violência”, as ações já desenvolvidas e planejadas para execução do projeto.	06.06.2023
Reunião CDEMP Escolas MP Estaduais	Assédio Eleitoral	13.02.2024
Reunião com a Corregedoria-Geral da Polícia Federal	Assédio	07.03.2024
Reunião com o Conselheiro Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira/CNMP e Diretora-Geral da ESMPU Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento	Seminário sobre Assédio Eleitoral	19.03.2024

Reunião com o Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas, Sr. Luiz Gustavo LoBuono	Tratar sobre o Decreto nº 11.772, de 9 de novembro de 2023, que institui do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas	02.04.2024
Reunião com a Secretária Nacional do LGBTQIA+ Sra. Ssymy Iarat Brito de Carvalho	Participação do MPT no Conselho LGBTQIA	10.05.2024
Reunião com NATHALIA Mariel Ferreira de Souza Pereira - PR (PGR) Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral - GENAFE	Assédio Eleitoral na Justiça do Trabalho	29.05.2024
Reunião com a Juíza auxiliar da Presidência do TST, Drª. Patrícia Maeda	Cooperação do âmbito do enfrentamento ao Assédio Eleitoral e regulamentação da Resolução CNJ/CNMP 10 de 2024.	16.07.2024
- Reunião com o Presidente da Dataprev, Dr. Rodrigo Ortiz d'Avila Assumpção	Acesso do Ministério Público do Trabalho aos dados de emissão de CAT	16.07.2024
- Reunião: Coordenador Geral de Controle de Serviços e Produtos sr. Cristiano Jomar Costa Campidelli e a sra. Denise Vargas Tenório , Chefe da DICOE - Divisão de controle e fiscalização de segurança privada/Polícia Federal	Inclusão de temas raciais e de gênero nos cursos de formação de vigilantes	17.06.2024
Reunião com o Dr. Bruno Alves Rodrigues, Juiz Auxiliar da ENAMAT	Uma possível parceria na realização de curso online sobre Assédio Eleitoral	03.07.2024
Reunião com a Corregedoria do CNJ, Juíza auxiliar Dra. Carolina Ranzolin Nerbass	Carolina Ranzolin Nerbass Assunto: Solicitar alteração do Provimento nº 73/2018 do CNJ para estabelecimento de gratuidade no procedimento	06.08.2024

	cartorial para alteração de nome e de gênero de pessoas transgênero, bem como para que a emissão de certidões de protesto em cartórios seja substituída por consulta à Central Nacional do Protest	
Reunião com o Procurador Federal dos Direitos Humanos e Subprocurador-Geral Dr. NICOLAU DINO	Solicitar alteração do Provimento nº 73/2018 do CNJ para estabelecimento de gratuidade no procedimento cartorial para alteração de nome e de gênero de pessoas transgênero, bem como para que a emissão de certidões de protesto em cartórios seja substituída por consulta à Central Nacional do Protesto	06.08.2024
Reunião com os Diretores da CBF: o Diretor de Governança e Conformidade, Dr. Hélio Menezes , e o Diretor Jurídico, Dr. André Mattos	Realização de campanhas e ações relativas ao combate ao racismo, discriminação e violência de gênero no futebol	16.08.2024
Reunião com o juiz Auxiliar da Presidência do TSE, Dr. Júlio Ferreira de Andrade	Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com TSE, sobre Assédio Eleitoral	30.08.2024
Reunião com a Ministra Carmen Lucia/TSE	Assinatura de Termo Aditivo a Acordo de Cooperação Técnica com o TSE, visando o aperfeiçoamento dos fluxos de denúncias e das ações cooperativas interinstitucionais para prevenção e combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho	12.09.2024
Reunião com a Secretária Nacional dos Direitos da pessoa com Deficiência – Ana Paula	Cooperação interinstitucional	21.11.2024

Reunião com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Dra. Denise Motta Dau	Articulação em ações pelo fim da violência contra a mulher a partir de campanhas conjuntas, além do estímulo à ratificação da Convenção nº 190 da OIT	27.01.2025
Reunião com a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho.	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	10.02.2025
Reunião com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Dra. Denise Motta Dau	Articulação em ações pelo fim da violência contra a mulher a partir de campanhas conjuntas, além do estímulo à ratificação da Convenção nº 190 da OIT	10.02.2025
Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Sr. Edmilson Santos dos Santos	Para apoio institucional do Ministério Público do Trabalho para o evento "A constitucionalização das ações afirmativas e o papel do setor corporativo à igualdade de oportunidade".	10.02.2025
Reunião com a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho.	Para apresentação da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.	05.08.2025
Reunião com Diretor-Geral Ajunta do Superior Tribunal Federal, Dra. Fernanda Azambuja.	É para tratar do cumprimento da reserva de cotas para Pessoas com Deficiência e reabilitados da Previdência Social em Licitações Públicas.	06.08.2025

d. **COORDINFÂNCIA**

Reunião com a Secretaria Executiva do MDHC Sra. Rita Cristina de Oliveira	Participação do MPT no comitê de enfrentamento à violência sexual de crianças e Adolescentes.	17.05.2023
Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do CNMP	Articulação com o CNMP, via CIJE, com a finalidade de propiciar a destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional. Obs.: Essas iniciativas estão sendo pensadas e construídas no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas.	31.08.2023
Reunião com o Consultor Jurídico Dr. André Augusto Dantas Motta Amaral	cumprimento da nova Lei de Licitações e as novas obrigações para a Administração Pública ao contratar, em especial a previsão de cláusula que estabeleça a obrigação de o contratado cumprir exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes (art. 92, inciso XVII	18.01.2024

– Reunião com Presidente Conselheiro da CIJE Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves/CNMP	Destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional. Obs.: Essas iniciativas estão sendo pensadas e construídas no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas	05.02.2024
Audiência com Conselheiro do CNJ Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA de Melo Filho	Tema Trabalho Infantil na grade curricular o concurso da Magistratura	07.02.2023
– Reunião com o Dr. Jonas Andrade/CNJ	Apoio ao desenvolvimento de ações de proteção a gestante lactante no ambiente do trabalho	07.08.2023
Reunião com a Secretária Executiva do Ministério do Turismo, Sra. Ana Carla Machado Lopes	Para fechar parceria para o Projeto Liberdade no Ar	31.08.2023
Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do CNMP	Articulação com o CNMP, via CIJE, com a finalidade de propiciar a destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional. Obs.: Essas iniciativas estão sendo pensadas e construídas no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas.	31.08.2023
Ministério do Meio Ambiente e IBAMA	1) Articulação para assinatura de ACT que preveja a inclusão da perspectiva do meio ambiente do trabalho e da	26.09.2023

	saúde e segurança do trabalho nos processos de licenciamento ambiental	
Reunião com o Secretário Executivo do MPS, Dr. Wolney Queiroz Maciel e o Presidente do INSS, Dr. Alessandro Antônio Stefanutto	Renovação de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS), o Instituto Nacional do seguro Social (INSS) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) intercâmbio de dados, auditorias, elaboração de estudos e construção de relatórios de interesse comum	26.09.2023
Reunião com a Consultora Jurídica do Ministério da Saúde, Dra. Aline Veloso dos Passos	Para tratar sobre adequação de meio ambiente do trabalho em unidade de saúde indígena	24.10.2023
Reunião com a Secretaria Nacional da Bioeconomia/MMA Dra. Clarisse Cruz	Para tratar GT para a elaborar proposta de Decreto para regulamentação da Lei nº 14.119 de 13 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.	18.10.2023
- Reunião com CIJE - Comissão da Infância, Juventude e Educação	Infância, Juventude E Educação	06.03.2024
Reunião com Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente, sra. Marta Volpi	Visita para aproximação e diálogo institucional quanto ao enfrentamento ao trabalho infantil e à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em especial quanto ao papel e às atribuições da rede de proteção.	08.05.2024

Reunião com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes/ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPTI)/Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Atuação na Ilha do Marajó/PA	13.05.2024
Reunião com a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sra. Marina de Pol Poniwas	Aproximação Institucional	11.06.2024
Reunião com a Conselheira Dra. Renta Gil de Alcantara Videira/CNJ	Grupo de trabalho de elaboração do plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho Infantil.	19.06.2024
Reunião com Sr. Antônio José Albuquerque Neto Mancuzo , Coordenador de Medidas Socioeducativas e Programas Intersectoriais, do Departamento de Proteção Social Especial/DPSE, desta Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS	Novo cofinanciamento do PETI	19.08.2024
Reunião com Conselho da Criança e do Adolescente	Aproximação Institucional	11.06.2024
Reunião com o Corregedor Nacional do Ministério Público	Proposta de recomendação quanto as requisições direcionadas aos Conselhos Tutelares	27.11.2024
Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do CNMP	Destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de	27.11.2024

	iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional. Obs.: Essas iniciativas estão sendo pensadas e construídas no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas.	
--	---	--

e. **CODEMAT**

Reunião com o presidente, SINAIT, Sr. Bob Everson Carvalho Machado	Manter diálogo aberto entre o MPT e o SINAIT.	24.01.2023
Reunião com Presidente Substituto da CARF(SRF) e Coordenador da COJUL, Dr. Dário da Silva Bryner Filho	Para tratar sobre a fiscalização de sonegação de autônomos/MEIs em relação ao recolhimento de IR/INSS.	17.10.2023
Reunião com a Consultora Jurídica do Ministério da Saúde, Dra. Aline Veloso dos Passos	Para tratar sobre adequação de meio ambiente do trabalho em unidade de saúde indígena	24.10.2023
- Reunião com o Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental Dr. Adalberto Felício Maluf Filho	Articular ações quanto à Política de Resíduos Sólidos	19.03.2024
Reunião com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho (DSST) Dr. Rogério Silva Araújo/MTE	Para retomar as tratativas para tentativa de acordo nas ACPs em face da revisão das NRs	19.03.2024
Reunião com a Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Laina Peternella	Para tratar dos impactos das novas morfologias do trabalho na saúde e segurança dos trabalhadores e o papel do SUS nesse cenário por meio da Vigilância em Saúde do Trabalhador em suas três esferas.	25.05.2024
Reunião com a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sra. Marina de Pol Poniwas	Visita de cortesia	11.06.2024

- Reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Felipe Proença De Oliveira	Articulação para unificação da PNSTT e da PNSST. (Averiguar a possibilidade de unificação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) do Ministério da Saúde com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (atribuição passou para CTPP – art. 40 do Decreto 11.359/2023)	11.06.2024
Reunião Conselho Nacional de Saúde, presidente Fernando Pigatto	Visita de cortesia com intuito de fortalecer o relacionamento institucional com estimado Conselho	18.06.2024
Reunião com a Subsecretaria-Geral da Receita Federal Dra. Adriana Gomes Rêgo	Para sanar umas dúvidas da fiscalização de sonegação de autônomos/MEIs em relação ao recolhimento de IR/INSS.	24.07.2024
Reunião com o Secretário Executivo do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Sr. João Paulo Capobianco	Visita de cortesia com intuito de fortalecer o relacionamento institucional com estimado Conselho	24.07.2024
Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente	Aproximação Institucional	05.08.2024
Reunião com o sr. Mauro Henrique Moreira Sousa - Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração	Aproximação institucional, sobretudo diante da instituição do GT Trabalho Decente na Mineração, e a obtenção de informações técnicas que contribuam no desempenho da atividade do Ministério Público do Trabalho, no setor	14.08.2024
Reunião com o Gabinete da Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta Banco Central com a DIREC	Aproximação institucional. Apresentação do Grupo de Trabalho do MPT - Trabalho Decente na Mineração	05.09.2024

Reunião ANTT	Irregularidades trabalhistas no setor de transportes	06.09.2024
Reunião com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da STI/MTE	Requisições do MPT ao CEREST.	23.10.2024
Reunião com a Secretário Especial da Receita Federal Dr. Robinson Barreirinhas	Tratar sobre a fiscalização de sonegação de autônomos/MEIs em relação ao recolhimento de IR/INSS.	20.11.2024
Acompanha o PGT na reunião com o a Procuradora Nacional da Fazenda, Dra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida	fraudes na relação de emprego e evasão fiscal	28.11.2024
Reunião com a conselheira Dra. Ivana Lúcia Franco Cej;	Apresentação da Coordenadoria de Meio ambiente do MPT	18.02.2025
Reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP)	promover o fortalecimento de ações voltadas à proteção ambiental, bem como à promoção de um trabalho digno e sustentável	07.04.2025
Reunião com: MMA, ICMBio, IBAMA	Acordo de Cooperação Técnica	16.06.2025
Reunião com o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, Sr. Adroaldo da Cunha Portal	Renovação de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS), o Instituto Nacional do seguro Social (INSS) e o Ministério Público do Trabalho (MPT)	09.07.2025
Reunião com o Conselho Nacional de Educação—CNE, sr. Otávio Luiz Rodrigues Jr	Discutir possibilidade de aprovação de orientações para os cursos de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho	09.07.2025

f. CONAP

Reunião com o Secretário Executivo/MEMP, Dr. Francisco Tadeu Barbosa De Alencar Ferreira	Cooperação Interinstitucionais entre o MPT e a Secretaria de Nacional de Segurança Pública	18.01.2023
Reunião com o Secretário Nacional de Política Penitenciária, Dr. RAFAEL VELASCO BRADANI.	Trabalho do preso e pessoa egressa no Sistema Prisional	08.02.2023
Reunião com o Diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, Dr. Henrique Mandagará de Souza	Convergência Institucional	17.05.2023
Reunião com Secretário de Apoio à Gestão de Processos Sr. Mauro Giacobbo/TCU	possibilidade de convenio, para que possamos ter pleno acesso aos processos na integra das investigações	06.06.2023
Reunião com a Secretaria Executiva Dra. Cristina Mori (Ministério de Gestão)	Referente ao Decreto 11.534, de 19 de maio de 2023	07.06.2023
Reunião com a Secretária Adjunta desta Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Débora Beserra	tratar das questões da saúde indígena e saúde das populações ribeirinhas, principalmente das comunidades de pescadores	29.08.2023
Reunião com o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária/MTE, Sr. Gilberto Carvalho	Cooperativas de egressos e inserção socioproductiva de catadores	31.08.2023

Reunião com do Secretário de Relação do Trabalho, Dr. Marcus Periotto	Interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo.	23.04.2024
Reunião com o Secretário Nacional de Políticas Penais, Dr. André de Albuquerque Garcia	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas, Interlocução com o órgão ministerial a fim de dialogar sobre a implementação da cota de trabalhadores presos e egressos para a promoção do meio ambiente de trabalho decente no sistema prisional	10.06.2024
Reunião Conselho Nacional de Saúde, presidente Fernando Pigatto	Visita de cortesia com intuito de fortalecer o relacionamento institucional com estimado Conselho	18.06.2024
Reunião com o Secretário Executivo/MEMP, Dr. Francisco Tadeu Barbosa De Alencar Ferreira	Sensibilização de Atuações Temáticas Transversais, Proposições e Contribuições para Estudos e Cooperções	03.07.2024
Reunião com o Secretário Executivo/MTE, Sr. Francisco Macena	Cooperação Interinstitucional	04.07.2024
Reunião do Conselho Nacional de Políticas Penais	Aproximação Institucional	05.08.2024
Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente	Aproximação Institucional	05.08.2024
Ministério do Trabalho e Emprego	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	19.08.2024

Reunião com o BNDS, Paula Saldanha (Superintendente da Área Jurídica), Pedro José (Chefe do Departamento de Contencioso), Fernanda Assunção (gerente do contencioso trabalhista) e Raoni Chaves (advogado da gerência trabalhista)	Acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo	29.08.2024
Reunião com a Secretária-Geral de Contencioso/AGU	Para tratar sobre a ADPF nº 1068	15.10.2024
Reunião com o Secretário Executivo/MEMP Dr. Francisco Tadeu Barbosa De Alencar	Integrar um Acordo de Cooperação Técnica entre MPT/MEMP.	10.12.2024
Reunião com o Presidente da Associação Nacional dos Docentes em Engenheiros de Segurança do Trabalho – ANDEST	Para tratar da manutenção da competência da Justiça do Trabalho e aplicação das NRs aos órgãos públicos, objeto da ADPF 1068.	12.02.2025
Reunião com Presidente da Associação Nacional dos Engenheiros de Segurança do Trabalho – ANEST	Para tratar da manutenção da competência da Justiça do Trabalho e aplicação das NRs aos órgãos públicos, objeto da ADPF 1068.	12.02.2025
Reunião com: MMA, ICMBio, IBAMA	Acordo de Cooperação Técnica	16.06.2025

g. **CONAETE**

Reunião do Comitê Nacional do Ministério Público CONATETRAP/CNMP	Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas	26.01.2023
Reunião com o Secretário Nacional de Justiça, Sr. Augusto de Arruda Botelho	Cooperação Interinstitucional na área de Tráfico de Pessoas do Trabalho Escravo	07.02.2023

Reunião ao Secretário Nacional de Assistência Social, Dr. André Quintão Silva	Para tratar da Políticas Públicas de Identificação, Proteção, Recuperação e Reabilitação de Vítimas do Trabalho Escravo	17.05.2023
Reunião com Secretário Davidson	Assinatura de Acordo de Cooperação em Combate ao Trabalho Escravo.	16.08.2023
Reunião com o presidente do IBAMA Dr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça	Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo, em casos de constatação do ilícito nas fiscalizações de rotina	29.08.2023
Advocacia Geral da União	Manter reforços quanto a atuação do MPT	31.08.2023
Reunião com o Presidente do ICMBio - Dr. Mauro Oliveira Pires	Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo, em casos de constatação do ilícito nas fiscalizações de rotina e inclusão do ICMBIO na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE	04.10.2023
Ministério da Mulher	Fortalecimento da relação interinstitucional com o Ministério da Mulher a fim de identificar e desenvolver políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas tráfico de pessoas para fins de exploração Meio sexual	26.01.2024
Reunião com o Ministro Augusto César Leite de Carvalho/TST	Apresentar a coordenadoria e fazer uma interlocução com a JT sobre a temática do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	20.02.2024

Reunião com a Diretora de Proteção de Direitos e Violência contra Mulher (Ministério da Mulher), sra. Patrícia Rodrigues da Silva (Pagu Rodrigues)	Identificar e desenvolver políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.	29.05.2024
Reunião do Conselho Nacional de Imigração	Aproximação Institucional	08.05.2024
Reunião com a Coordenadora da Unidade de Combate ao Tráfico de Pessoas da PGR, Dra. Livia Tinoco	Combate do tráfico de pessoas	28.08.2024
Ministério da Saúde	Fortalecimento da relação interinstitucional com o Ministério da Saúde a fim de promover capacitação dos profissionais da rede de identificação e atendimento prioritário a vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas	16.10.2024
Reunião com a Diretora do Departamento de Atenção Primária a Saúde Indígenas Dra. Putira Sacuena - DAPSI/SESAI/MS	Fortalecimento da relação interinstitucional com o Ministério da Saúde a fim de promover capacitação dos profissionais da rede de identificação e atendimento prioritário a vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas	16.10.2024
Reunião com Diretora de Gestão de Ativos/MJ, Dra. Mariana Lacerda e Silva	Perdimento de bens fruto do narcotráfico em prol de unidades de internação de adolescentes visando sua profissionalização.	16.11.2024
Reunião com o Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Dra. Denise Motta Dau	Identificar e desenvolver políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas	27.11.2024

	tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	
Reunião com a Dra. Carolina Barreto Lemos , Coordenadora do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à	Para tratar da submissão de trabalhadores às condições análogas a de escravo em comunidades terapêuticas.	11.12.2024
Reunião com o Conselheiro/CNJ Dr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha	Integração entre CNJ/MPT em Estratégica de Trabalho Escravo e tratar sobre a atuação do MPT no âmbito da escravidão contemporânea e interlocução interinstitucional para estímulo da pauta.	11.12.2024
Reunião com o Sr. Regis Spíndola , Diretor Departamento de Proteção Social Especial	Para tratar da Políticas Públicas de Identificação, Proteção, Recuperação e Reabilitação de Vítimas do Trabalho Escravo	10.03.2025
Reunião com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. MARIO LUIZ SARROBBO	Combate ao Trabalho Escravo	09.04.2025
Reunião com o Superintendente de Fiscalização da ANTT, sr. Hugo Leonardo Cunha Rodrigues	Para dar continuidade às tratativas referentes ao Acordo de Cooperação Técnica	14.05.2025

h. CONAFRET

Reunião com a Receita Federa Subsecretária de Fiscalização, Sra. Andrea Costa Chaves	Para tratar da questão relacionada ao REINF e a participação em capacitação na ESMPU, que estão sendo planejadas	26.03.2024
Reunião com o Deputado Rogério Correia/PT	Ausência de lançamento das informações Trabalhistas e Previdenciárias no E-Social por parte dos Governos de MG e SP	08.05.2024

Reunião ANTT	irregularidades trabalhistas no setor de transportes	06.09.2024
Reunião com o Secretário Nacional de Pesca, Amadora e Esportiva, Sr. Expedito Gonçalves Ferreira Netto	Realizar uma aproximação institucional, apresentar o nosso Projeto Estratégico de Enfrentamento às Irregularidades Trabalhistas na Pesca Industrial, e ver como as instituições podem colaborar entre si, especialmente através de um eventual Acordo de Cooperação Técnica	17.09.2024
Reunião com o Superintendente de Fiscalização da ANTT, sr. Hugo Leonardo Cunha Rodrigues	Para dar continuidade às tratativas referentes ao Acordo de Cooperação Técnica	14.05.2025

4. Reuniões não realizadas

Reunião com o Dr. Cyro Terra Peres, Coordenador do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público - GNPP,	Articulação para aprovação de enunciado no GNPP sobre o dever do Poder Público de cumprir e exigir o cumprimento pelas entidades contratadas das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho	Cancelada a pedido da Coordenadora da CODEMAT (Dra. Cirlene)
Reunião com o Secretário Executivo do MCTI, Dr. Luis Manuel Rebelo Fernandes	Para tratar do Acordo de Cooperação Técnica referente a e nanotecnologia.	O MCTI não agendou
Reunião com a Dra. Cíntia Menezes Brunetta, Conselheira Presidente do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (CONATETRAP).	Tratar sobre a atuação do MPT no âmbito da escravidão contemporânea e interlocução interinstitucional para estímulo da pauta.	Cancelada pela Dra. Cíntia

Reunião com Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Dr. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO	Para tratar da manutenção da competência da Justiça do Trabalho e aplicação das NRs aos órgãos públicos, objeto da ADPF 1068.	Cancelada pelo Presidente
--	---	----------------------------------

5. Relação de reuniões não agendadas

a. COORDINFÂNCIA

Universidade Federal de Roraima	Acordo de Cooperação Técnica	Dar andamento à iniciativa de formalizar acordo de cooperação técnica para desenvolver ações conjuntas para a prevenção, a redução e o monitoramento das violências contra crianças e jovens Yanomami no Estado de Roraima
--	-------------------------------------	--

b. CONAETE

Universidades	Promoção de parcerias com universidades para estimular a pesquisa no âmbito do trabalho em condições análogas à de escravo e tráfico de pessoas	Entendemos que é fundamental fomentar novas parceria com universidades, além de manter as que já possuímos, a exemplo da UnB e Unicamp. A pesquisa contribui para levantamento de dados, aperfeiçoamento da atuação e subsídio na promoção de políticas públicas afetas ao tema. A CONAETE pode contribuir através do fornecimento de dados e troca de experiências.
----------------------	---	--

c. CODEMAT

Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP	Articulação para prever expressamente o MPT como integrante da CTPP.	O MPT costuma participar, com direito a voz, das reuniões da CTPP, mas o Decreto 11.496/2023, não refere o MPT. O mesmo ato normativo, na constituição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, prevê um representante do sistema de justiça indicado pelo MPT.
Casa Civil	Articulação para efetivação do item 5.3.5 do Decreto 10.531/2020, a fim de assegurar a integridade e o trabalho decente nas contratações de entes públicos.	O Decreto 10.531/2020 instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031, com objetivo de definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O item 5.3.5 prevê desafios para efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania, orientando o fortalecimento dos mecanismos de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e de acesso ao trabalho decente para todos. Assim, mostra-se prudente que haja articulação para assegurar cumprimento das normas de saúde e segurança nas contratações de entes públicos.

d. CONAP

Casa Civil da Presidência da República	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis
Tribunal de Contas dos Estados - TCEs	Mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública	Realizar contato para mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública que descumprem a legislação trabalhista

e. CONALIS

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo Universidade de São Paulo - USP Universidade Presbiteriana Mackenzie Fundação Getúlio Vargas - FGV Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP	Interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude”. Buscar interação com as instituições apontadas visando, no bojo do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude”, estimular ações integradas para incentivar a participação dos(as) jovens em atividades sindicais; estimular uma visão sistêmica da educação com ações integradas, para incentivar a participação dos(as) jovens na vida sindical e sua filiação. A articulação busca atenuar a redução do índice de sindicalização, que tem sido acentuada pelo número de trabalhadores precarizados e relutantes em exercer seu direito de filiação sindical, muitas vezes por receio de serem dispensados (ato
--	--	--

		antissindical do empregador objeto de outro projeto estratégico da Conalis: Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais).
Governos Estaduais - Secretarias de Segurança Pública Estaduais	Oferecer e executar capacitações preventivas aos policiais militares, no sentido de orientá-los sobre o direito fundamental à liberdade sindical e à greve	A atuação deve ser realizada junto aos Governadores e/ou comandantes das polícias militares de cada Estado das federações. A relação entre o movimento sindical e a interação com a polícia pode ocorrer em diferentes situações: (i) Protestos e Manifestações; (ii) Greves; (iii) Conflitos trabalhistas; Segurança em Eventos Sindicais. Há a avaliação de que os policiais militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo, atuam com demasiada truculência perante trabalhadores(as) em manifestações, greves e protestos sindicais. Torna-se imperioso levar ao conhecimento dos policiais que atuam na ponta os direitos desses(as) trabalhadores(as), garantidos pela Constituição Federal, de modo a evitar prisões ilegais, atos antissindicais por parte do Estado e até mesmo possíveis conflitos físicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 010624.2021.00.900/3 Relatório de Atividade nº 003489.2025**

Signatário(a): **RAFAEL DIAS MARQUES**

Data e Hora: **21/07/2025 18:36:06**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **VANESSA FUCINA AMARAL**

Data e Hora: **22/07/2025 16:34:02**

Assinado com login e senha

Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=13257966&ca=X2AJGMQJ4T9XT1YZ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

MAPA DE NECESSIDADES E DEMANDAS DAS COORDENADORIAS NACIONAIS TEMÁTICAS – BIÊNIO 2023/2025

COORDIGUALDADE			
Instituição	Assunto	Breve Explicação	Situação
Polícia Federal	Solicitar e acompanhar a inclusão de temas raciais e de gênero nos cursos de formação de vigilantes.	Para reduzir a violência e o assédio à população negra e pessoas do gênero feminino e não binárias nos ambientes de trabalho pelas forças de segurança, é indispensável capacitar os profissionais desde sua formação.	Realizada
Polícia Federal	Solicitar a revisão da Portaria nº 18.045, de DG/DPF, de 17 de abril de 2023, no art.151, §1	Permissão expressa em Portaria para permitir a formação de pessoas com deficiência para o exercício de atividade de vigilante.	Realizada
CNMP	Solicitar articulação dos MPs eleitorais para atuação concertada em face ao assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024	Elaborar plano de ação do Ministério Público brasileiro no combate ao assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024.	Realizada
TSE	Solicitar articulação dos TREs para atuação concertada face ao assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024 e disponibilização de formulário de denúncia do MPT no website do TSE	Apoiar a elaboração de plano de atuação da justiça eleitoral para combate ao assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024, com disponibilização de link de denúncias do MPT na página oficial do TSE para fins de recebimento de notícias de fato relativas ao assédio eleitoral.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

CBF	Solicitar a realização de campanhas e ações relativas ao combate ao racismo, discriminação e violência de gênero no futebol	Realizar campanhas de combate ao racismo e em prol da igualdade e da valorização das atletas no mundo futebolístico.	Realizada
Ministério do Trabalho e da Previdência	Solicitar acesso do MPT aos dados da RAIS identificada e ao E-Social para fins de acompanhamento do cumprimento da cota de pessoas com deficiência	Aprimorar a atuação ministerial finalística com análise da base de dados governamental (RAIS e E-Social).	Realizada
INSS	Articulação junto à Superintendência do INSS para formação de grupo de trabalho com o escopo de promover ações conjuntas para inserção de trabalhadores(as) reabilitados(as) no mercado de trabalho e para divulgação de listagem georreferenciada de trabalhadores(as) reabilitados(as) para contratação	Para estímulo ao cumprimento da cota legal e promoção da inclusão de trabalhadores(as) reabilitados(as) no mercado de trabalho, sugere-se a formação de grupo de trabalho interinstitucional entre o MPT e o INSS.	Realizada
CNJ	Solicitar alteração do Provimento nº 73/2018 do CNJ para estabelecimento de gratuidade no procedimento cartorial para alteração de nome e de gênero de pessoas transgênero, bem como para que a emissão de certidões de protesto em cartórios seja substituída por consulta à Central Nacional do Protesto	Garantir a todas as pessoas transgêneros, inclusive as hipossuficientes ou em situação de vulnerabilidade, a gratuidade no procedimento cartorial para alteração de nome e de gênero, além da substituição das certidões de protesto em cartórios pela consulta à Central Nacional do Protesto.	Realizada
ENAMAT	Sensibilizar os Ministros(as) do Tribunal Superior do Trabalho e os demais Membros(as) da Magistratura Nacional	Estimular e participar de capacitações para Magistrados(as) da Justiça do Trabalho em matéria de inclusão e acessibilidade para	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

	quanto à inclusão e acessibilidade	peças com deficiência e beneficiários(as) reabilitados(as).	
Ministério das Mulheres	Articulação em ações pelo fim da violência contra a mulher a partir de campanhas conjuntas, além do estímulo à ratificação da Convenção nº 190 da OIT	Desenvolver campanhas conjuntas pelo fim da violência contra a mulher	Realizada
Ministério dos Direitos Humanos	Articulação com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ a partir de campanhas e ações conjuntas	Desenvolver ações e campanhas conjuntas para acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e para promoção da diversidade no mercado de trabalho.	Realizada
Receita Federal e Sindireceita	Articulação para realização de ações conjuntas de combate ao assédio moral e sexual para servidores públicos da Receita Federal	Realizar campanhas conjuntas em combate ao assédio moral e sexual para servidores públicos da Receita Federal, além de possível celebração de acordo de cooperação técnica na matéria.	Realizada
COORDINFÂNCIA			
Instituição	Ação	Breve Explicação	Situação
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Alteração das Resoluções do CNMP (14/2006) e do CNJ (75/2009), que dispõem sobre normas gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público e da Magistratura	O objetivo é promover a inclusão obrigatória, no conteúdo programático dos concursos públicos para ingresso nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura, da temática do trabalho infantil: conceito; marcos normativos (CLT, capítulo IV, Estatuto da Criança e do Adolescente, CF, Convenções sobre os Direitos da Criança, e Convenções nº 138 e 182 da OIT), causas e consequências; alegações	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		permissivas; piores formas de trabalho infantil; Decreto 6.481/08 (lista TIP – Piores formas de Trabalho Infantil); formas de trabalho infantil (exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil artístico, trabalho esportivo, trabalho infantil em plataformas digitais); aprendizagem profissional; Decreto 9.579/18, que regulamenta a aprendizagem profissional, formas de trabalho infantil (exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil artístico, trabalho esportivo, trabalho infantil em plataformas digitais); Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; estatística do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADc – módulo trabalho infantil). O fundamento é que muitos atores do sistema de justiça ainda são muito distanciados do tema, não conseguem identificar o trabalho infantil em muitas situações, que inclusive antecedem a prática de atos infracionais; não reconhecem o trabalho infantil no tráfico; autorizam o trabalho para adolescentes com idade entre 14 e 16 anos fora da hipótese da aprendizagem profissional ou mesmo para adolescentes com idade entre 16 e 18 anos em atividade classificada na lista TIP.	
--	--	---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Receita Federal; Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD)	Articulação com a Receita Federal no sentido de que computadores, tablets e notebooks apreendidos sejam destinados a unidades de internação para fins de profissionalização de adolescentes e jovens. Nesse sentido, articulação com o SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.	Tendo em vista que grande parte dos adolescentes e jovens que cumprem medida de internação respondem por cometimento de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, a ideia é estruturar as unidades de internação com computadores para viabilizar a profissionalização dos socioeducandos, com vistas a conceder oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.	Realizada
Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do CNMP	Articulação com o CNMP, via CIJE, com a finalidade de propiciar a destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional. Obs.: Essas iniciativas estão sendo pensadas e construídas no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas.	Mesma fundamentação do item anterior, porém as beneficiárias não seriam as unidades do SINASE, e sim outros projetos com enfoque na educação. A ideia é proteger crianças e adolescentes do trabalho infantil, especialmente no tráfico de drogas.	Realizada
Tribunal de Contas da União, Ministério do Trabalho e Emprego, Advocacia Geral da União	Articulação com os órgãos indicados para garantir o cumprimento da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que, segundo dispôs a MP 1.167/23, entrará em vigor no dia 31 de dezembro de 2023, e traz uma série de	Buscar o cumprimento da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em especial que a Administração Pública exija das empresas prestadoras de serviços o cumprimento da cota aprendizagem, cumprindo com seu dever de fiscalização, por meio da adoção de medidas	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

	novas obrigações para a Administração Pública ao contratar, em especial a previsão de cláusula que estabeleça a obrigação de o contratado cumprir exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes (art. 92, inciso XVII);	como as seguintes: I – inclusão nos editais de licitação, bem como nos contratos formalizados, que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados, cláusula prevendo a obrigatoriedade de cumprimento das cotas de aprendizes; II – estabelecimento, nos contratos celebrados com o licitante vencedor, em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) <u>deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social</u>, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023; III – abstenção de contratar empresas que se encontrem em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista; IV – estabelecimento de mecanismos efetivos de controle, durante a execução do contrato, quanto à obrigação de cumprimento da cota de	
--	---	---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		aprendizes pelas empresas contratadas, não sendo suficiente a apresentação de autodeclaração pela empresa. V – fiscalização, durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa contratada.	
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Articulação com o CNJ com a finalidade de tratar do Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil. Obs.: Essa iniciativa está sendo pensada e construída no âmbito do GT Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas.		Realizada
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Secretaria Nacional da Assistência Social)	Novo cofinanciamento do PETI	Repactuar novo cofinanciamento para os municípios com maior incidência de trabalho infantil (novos e beneficiários anteriores)	Realizada
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes/ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPTI)/Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Atuação na Ilha do Marajó/PA	Buscar uma articulação interinstitucional para tratar do trabalho infantil e do fortalecimento dos equipamentos socioassistenciais na região da Ilha do Marajó/PA. O MDH está desenvolvendo o Cidadania Marajó. O FNPETI desenvolve projeto no Município de Melgaço/PA, com foco na exploração sexual de crianças e adolescentes. O MPT está desenvolvendo o Resgate a Infância na região bem como um projeto junto à OIT a esse respeito.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Universidade Federal de Roraima	Acordo de Cooperação Técnica	Dar andamento à iniciativa de formalizar acordo de cooperação técnica para desenvolver ações conjuntas para a prevenção, a redução e o monitoramento das violências contra crianças e jovens Yanomami no Estado de Roraima	
CONAETE			
Instituição	Ação	Breve Explicação	Situação
Universidades	Promoção de parcerias com universidades para estimular a pesquisa no âmbito do trabalho em condições análogas à de escravo e tráfico de pessoas	Entendemos que é fundamental fomentar novas parceria com universidades, além de manter as que já possuímos, a exemplo da UnB e Unicamp. A pesquisa contribui para levantamento de dados, aperfeiçoamento da atuação e subsídio na promoção de políticas públicas afetas ao tema. A CONAETE pode contribuir através do fornecimento de dados e troca de experiências.	Não agendada
Ministério da Saúde	Fortalecimento da relação interinstitucional com o Ministério da Saúde a fim de promover capacitação dos profissionais da rede de identificação e atendimento prioritário a vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas	A CONAETE possui Projeto Estratégico que busca fortalecer a relação com a rede de atendimento às vítimas, sendo assim, uma de suas prioridades. É notável a necessidade de estabelecer fluxo de capacitação de profissionais da base do atendimento, de modo a sensibilizar sobre o sofrimento em que retiradas aquelas pessoas, de modo a evitar revitimizações.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério da Mulher	Fortalecimento da relação interinstitucional com o Ministério da Mulher a fim de identificar e desenvolver políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	Nos casos envolvendo tráfico de pessoas para fins de exploração sexual de mulheres, incluindo mulheres transexuais, é necessário conhecer e criar um fluxo de atendimento psicossocial que possam oferecer suporte às mais variadas formas de violência sofridas pelas vítimas.	Realizada
Advocacia Geral da União	Manter reforços quanto a atuação do MPT	Em virtude das violações ocorridas em virtude dos acordos celebrados pela AGU e, indicadas para o biênio anterior, é necessário manter esforços para evitar sua reiteração e preservar a competência do MPT nos acordos judiciais e extrajudiciais derivados de trabalho escravo e tráfico de pessoas.	Realizada
CODEMAT			
Instituição	Ação	Breve Explicação	Situação
Ministério do Meio Ambiente e IBAMA	1) Articulação para assinatura de ACT que preveja a inclusão da perspectiva do meio ambiente do trabalho e da saúde e segurança do trabalho nos processos de licenciamento ambiental 2) No MMA, tratar também da possibilidade de restauração da Comissão Nacional de Riscos Químicos – CONASQ	A atuação do IBAMA e órgãos de meio ambiente estadual e municipal no licenciamento ambiental não tem a perspectiva do meio ambiente do trabalho. A assinatura de ACT visa a inclusão dessa temática nos estudos de impacto ambiental/social, inclusão do tema em audiências públicas, definição de exigências e condicionantes de licenciamentos, especialmente em obras e empreendimentos realizados com recursos públicos federais etc.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

	e da possibilidade de retomada do andamento do Anteprojeto de Lei sobre Substâncias Químicas.	O convencimento do MMA da importância do item anterior é relevante. Ademais, é preciso tratar da possibilidade de restauração da Comissão Nacional de Riscos Químicos – CONASQ para que haja melhor controle das agentes químicas perigosos utilizados pela indústria e seus impactos na saúde dos trabalhadores e também verificar a possibilidade de retomada do andamento do Anteprojeto de Lei sobre Substâncias Químicas.	
INSS	Articulação para assinatura de Termo Aditivo ao ACT de Dados para acesso aos laudos periciais	A assinatura do ACT de dados ainda está em curso, mas houve pedido no mesmo ofício para assinatura de Termo Aditivo que assegure o acesso do MPT aos laudos elaborados pela perícia médica federal nos segurados do INSS, pois esses dados são necessários para atuação do MPT, especialmente no projeto Regularidade das Notificações.	Realizada
Ministério da Previdência Social	1) Articulação para efetiva aplicação do NTEP	Apontar a necessidade de melhorar a efetiva aplicação do NTEP: levantamento do MPT apontou que 79% dos benefícios concedidos entre 2016 e 2020, que possuíam CID com NTEP com CNAE da empresa, não foram considerados como acidentários pelos peritos do INSS, o que prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras e os cofres da Previdência. O afastamento do NTEP é um ato médico administrativo e como tal deve ser fundamentado. Não é crível que em perícias com duração de	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

	2) Articulação para unificação das bases de notificação do SINAN e da CAT	15 a 20 minutos, os peritos médicos federais consigam descaracterizar a presunção legal da relação do adoecimento com o trabalho em quase 80% dos casos; Apurar a possibilidade de unificação ou compartilhamento da base de notificação da CAT e do SINAN (questão facilitada pela Lei 14.534/2023, que estabelece o número do CPF como número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, inclusive em substituição ao NIT, PIS, CTPS e cartão nacional de saúde).	
MEC	Articulação com MEC para que oriente as redes de educação públicas e privadas, incluindo universidades, ao cumprimento do art. 14 da Convenção 155 OIT	A Convenção n. 155 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da segurança e saúde dos trabalhadores, foi aprovada em 1981 e está vigente no Brasil desde 1993. Essa normativa internacional prevê em seu artigo 14 que os Estados partes deverão adotar medidas para promover “a inclusão das questões de segurança, higiene e meio ambiente de trabalho em todos os níveis de ensino e de treinamento”. O objetivo da diretriz é a efetiva implementação de uma cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Contudo, a maioria das redes de ensino, incluindo as universidades e os cursos importantes para a área de SST (Medicina e Engenharia), não tratam da temática em seus projetos pedagógicos, currículos e cursos, havendo necessidade de atuação orientativa do MEC	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		para cumprimento da diretriz. A atuação vem ao encontro dos objetivos do projeto Segurança e Saúde nas Escolas.	
Conselho Nacional de Educação – CNE	Articulação para inclusão da temática da Saúde e Segurança nas Escolas e no Trabalho nos projetos pedagógicos.	Articulação para inclusão da temática da Saúde e Segurança nas Escolas e no Trabalho nos projetos pedagógicos, em cumprimento ao art. 14 da Convenção 155 da OIT e Lei 12.645/2012, assim como de outros temas de atuação prioritária do MPT.	
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde -CONASEMS	Fomentar e promover a vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora a partir da rede de atenção básica e atenção secundária e terciária, além da vigilância epidemiológica e da vigilância sanitária. Integração com outras instituições na promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora. Fiscalizar os SESMTs das empresas e as clínicas de saúde ocupacional quanto à efetivação das notificações ao SINAN e demais diretrizes de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora.	A Codemat, em atenção à Resolução nº 185/2021, instituiu o Projeto de Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde, com foco no fomento das ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Os fundamentos legais são: artigo 200, inciso II, CRFB/88, Lei 8.080/90, e Decreto 7.602/2011. Há necessidade de incrementar a articulação com o CONASEMS para que seja definida diretriz orientativa de cumprimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito dos Municípios.	
Conselho Nacional de Saúde – CNS	Articulação para fortalecer a temática da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no SUS	A Codemat, em atenção à Resolução nº 185/2021, instituiu o Projeto de Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde, com foco no fomento das ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Os fundamentos legais são:	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		artigo 200, inciso II, CRFB/88, Lei 8.080/90, e Decreto 7.602/2011.	
MTE e AGU	Manutenção da articulação envolvendo o processo de revisão das Normas Regulamentadoras e as tratativas de acordo nas ACPs ajuizadas pelo MPT em face da União	Manutenção da articulação envolvendo o processo de revisão das Normas Regulamentadoras e as tratativas de acordo nas ACPs ajuizadas pelo MPT em face da União. Possibilidade de revisão do parecer da AGU que validou terceirização dos SESMTs de forma superficial e sem analisar os argumentos jurídicos da NT do MPT. Possibilidade de unificação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (atribuição passou para CTPP – art. 40 do Decreto 11.359/2023) com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) do Ministério da Saúde. Possibilidade de aproximação/parceria da Fiscalização com CERESTs (sob coordenação da CGSAT do MS) para fortalecer saúde dos trabalhadores e assegurar maior presença do Estado nas empresas. Debater viabilidade de estabelecer mandato para representantes das bancadas na CTPP para oxigenar as ideias.	Realizada
Comissão Tripartite Paritária Permanente –	Articulação para prever expressamente o MPT	O MPT costuma participar, com direito a voz, das reuniões da	Não Agendada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

CTPP	como integrante da CTPP.	CTPP, mas o Decreto 11.496/2023, não refere o MPT. O mesmo ato normativo, na constituição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, prevê um representante do sistema de justiça indicado pelo MPT.	
Ministério da Saúde	1) Articulação para melhoria do financiamento federal dos CERESTs. 2) Articulação para unificação ou compartilhamento da base de notificação da CAT e do SINAN 3) Articulação para unificação da PNSTT e da PNSST	Apontar a necessidade de melhoria do financiamento federal para ampliar e consolidar a atuação dos CERESTs: atualmente, é cerca de R\$ 30 mil, sem aumento há mais de 15 anos; Apurar a possibilidade de unificação ou compartilhamento da base de notificação da CAT e do SINAN (questão facilitada pela Lei 14.534/2023, que estabelece o número do CPF como número único e suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, inclusive em substituição ao NIT, PIS, CTPS e cartão nacional de saúde); Averiguar a possibilidade de unificação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) do Ministério da Saúde com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (atribuição passou para CTPP – art. 40 do Decreto 11.359/2023).	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

GNPP/CNPG Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG)	Articulação para aprovação de enunciado no GNPP sobre o dever do Poder Público de cumprir e exigir o cumprimento pelas entidades contratadas das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho.	Na reunião plenária do GNDH de outubro de 2023, foi aprovado o seguinte enunciado, oriundo da COPEDS: "O Poder Público deve cumprir e exigir o cumprimento pelas entidades contratadas das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, a fim de evitar a ocorrência de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, notadamente quanto à obrigatoriedade de constituição de SESMT (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho), nos termos do art. 162 da CLT e da NR-4 do Ministério do Trabalho e Emprego." Entretanto, é sabido que o descumprimento das normas de SST pela Administração Pública e sua inércia em exigir o cumprimento no que se refere às entidades contratadas resulta em inúmeros acidentes e agravos à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras todos os anos. Assim, mostra-se cabível a atuação para que também no âmbito do GNPP haja orientação no sentido do enunciado do GNDH.	Cancelada a pedido da Coordenadora da CODEMAT
TCU ou Casa Civil	Articulação para efetivação do item 5.3.5 do Decreto 10.531/2020, a fim de assegurar a integridade e o trabalho decente nas contratações de entes públicos.	O Decreto 10.531/2020 instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031, com objetivo de definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O	Não Agendada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		item 5.3.5 prevê desafios para efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania, orientando o fortalecimento dos mecanismos de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e de acesso ao trabalho decente para todos. Assim, mostra-se prudente que haja articulação para assegurar cumprimento das normas de saúde e segurança nas contratações de entes públicos.	
Tribunal Superior do Trabalho (Programa Trabalho Seguro e ENAMAT)	Articulação para realização de curso e outros eventos conjuntos nas temáticas da saúde do trabalhador e da segurança do trabalho.	Articular a realização de curso e outros eventos conjuntos nas temáticas da saúde do trabalhador e da segurança do trabalho.	Realizada
CONAP			
Instituição	Ação	Breve Explicação	Situação
Tribunal de Contas da União	Mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública	Realizar contato para mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública que descumprem a legislação trabalhista	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Tribunal de Contas dos Estados - TCEs	Mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública	Realizar contato para mapeamento das prestadoras de serviços para a Administração Pública que descumprem a legislação trabalhista	Não Agendada
Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP	Interlocução permanente para apresentar a atuação do MPT no sistema prisional, do meio ambiente na Administração Pública e na inclusão socioproductiva do catador.	Buscar interação com o CNMP e unidades dos Ministérios Públicos dos Estados para fomentar ações integradas no sistema prisional (inclusive com os escritórios sociais de cada estado), pautar o meio ambiente de trabalho no serviço público nas ações da Comissão do Meio Ambiente do CNMP, nas atribuições do MPT para ação em que haja lesão trabalhista e relacionada à improbidade administrativa e relacionada ao meio ambiente de trabalho para o GT de catadores	Realizada
Secretarias de Administração Penitenciária e/ou Secretaria de Segurança Pública	Articular ações no sistema prisional	Articulação para implementar a cota de trabalhadores presos e egressos	Realizada
Conselhos Estaduais de Políticas Penitenciárias	Articular ações no sistema prisional	Articulação para implementar a cota de trabalhadores presos e egressos	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério do Meio Ambiente	Articular ações quanto à Política de Resíduos Sólidos	Buscar interações junto ao Ministério do Meio Ambiente para ações na saúde e no meio ambiente do trabalho para o GT de catadores	
Conselho de Controladores Gerais dos Estados	Articular ações para mapear os gastos públicos	Buscar uma interlocução permanente com o Conselho de controladores gerais de estados para promover a defesa da transparência dos gastos públicos	
Conselho Nacional de Justiça	Articular ações no sistema prisional	Articulação para implementar a cota de trabalhadores presos e egressos para a promoção de meio ambiente de trabalho decente no sistema prisional	
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH	Articular ações de parceria com a EBSERH	Articular ações de parceria com a EBSERH	
Ministério da Saúde	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Buscar uma interlocução permanente com o órgão ministerial com o objetivo de fortalecer as instâncias do SUS que atuam na Saúde do Trabalhador (a) de modo a trazer benefícios para a saúde e segurança do trabalhador.	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério do Trabalho e Emprego	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Interlocução com o órgão ministerial a fim de dialogar sobre a implementação da cota de trabalhadores presos e egressos para a promoção do meio ambiente de trabalho decente no sistema prisional	Realizada
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Interlocução com o órgão ministerial a fim de dialogar sobre a implementação da cota de trabalhadores presos e egressos para a promoção do meio ambiente de trabalho decente no sistema prisional	Realizada
Confederação Nacional dos Municípios	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Tratativas para proposição de termo de cooperação para intercâmbio de experiências voltadas ao aperfeiçoamento da fiscalização trabalhistas nos contratos de terceirização, compliance municipal e prevenção de assédio eleitoral.	Realizada
Advocacia-Geral da União	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Casa Civil da Presidência da República	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Não Agendada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério da Educação	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério da Igualdade Racial	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério da Saúde	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério das Cidades	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério das Mulheres	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fomes	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada
Ministério do Planejamento e Orçamento	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério do Trabalho e Emprego	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada	
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada	
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas	Cooperação conjunta para a inclusão social econômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	Realizada	
CONALIS				
Instituição	Ação	Breve Explicação	Prioridade	Tempo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério do Trabalho e Emprego	Interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo.	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais”. Buscar interação com o MTE visando, no bojo do Projeto Estratégico “Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais”, adoção de medidas para coibir e prevenir atos antissindicais praticados pelo empregador em face da entidade sindical profissional, com vistas a limitar, proibir, interferir ou, de qualquer forma, prejudicar a ampla e efetiva tutela sindical.	Realizada
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo.	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais”. Esforços conjuntos para formulação de diretrizes nas políticas de concessão de financiamento que induzam comportamentos positivos para observância da compliance trabalhista, como a coibição e prevenção de atos antissindicais praticados pelo empregador em face da entidade sindical profissional, com vistas a limitar, proibir, interferir ou, de qualquer forma, prejudicar a ampla e efetiva tutela sindical.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	Formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Diversidade”.	Realizada
Ministério das Mulheres		Buscar interação com as instituições apontadas visando, no bojo do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Diversidade”, estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, incluindo o estímulo ao diálogo social e à manifestação da coletividade desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, exercida por meio da autonomia privada coletiva, nas assembleias de deliberação sobre o entabulamento da norma coletiva.	Realizada
Ministério da Igualdade Racial - Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR)			Realizada
Ministério da Cultura		A participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais objetiva a incorporação das demandas desses trabalhadores e dessas trabalhadoras na agenda sindical, nas negociações coletivas e na formação de lideranças sindicais nestas comunidades. Buscar interação com as instituições apontadas visando a divulgação do Protocolo de Intenções e Boas Práticas de Promoção da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade.	Realizada
Ministério da Educação – MEC	Interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos,	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude”.	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo Universidade de São Paulo - USP Universidade Presbiteriana Mackenzie Fundação Getúlio Vargas - FGV Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP	compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo	Buscar interação com as instituições apontadas visando, no bojo do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude”, estimular ações integradas para incentivar a participação dos(as) jovens em atividades sindicais; estimular uma visão sistêmica da educação com ações integradas, para incentivar a participação dos(as) jovens na vida sindical e sua filiação. A articulação busca atenuar a redução do índice de sindicalização, que tem sido acentuada pelo número de trabalhadores precarizados e relutantes em exercer seu direito de filiação sindical, muitas vezes por receio de serem dispensados (ato antissindical do empregador objeto de outro projeto estratégico da Conalis: Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais).	Não Agendada
Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT	Interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo	As ações poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico Intercoordenadorias “Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS” (Codemat, Conap e Conalis/MPT). Buscar interação com as instituições apontadas visando, no bojo do Projeto Estratégico “Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS”, a criação de ações: (i) para fortalecer a participação e ação das centrais e entidades sindicais na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde; e	Média 2º semestre de 2024 e todo ano de 2025 Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

		(ii) para fomentar a implementação das Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) nos Estados e Municípios (CISTT Estadual e Municipal) com participação ativa das federações e sindicatos. Entre as ações deve estar a promoção de capacitação para a constituição de CISTT e para as competências da CISTT.	
Governos Estaduais - Secretarias de Segurança Pública Estaduais	Oferecer e executar capacitações preventivas aos policiais militares, no sentido de orientá-los sobre o direito fundamental à liberdade sindical e à greve	A atuação deve ser realizada junto aos Governadores e/ou comandantes das polícias militares de cada Estado das federações. A relação entre o movimento sindical e a interação com a polícia pode ocorrer em diferentes situações: (i) Protestos e Manifestações; (ii) Greves; (iii) Conflitos trabalhistas; Segurança em Eventos Sindicais. Há a avaliação de que os policiais militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo, atuam com demasiada truculência perante trabalhadores(as) em manifestações, greves e protestos sindicais. Torna-se imperioso levar ao conhecimento dos policiais que atuam na ponta os direitos desses(as) trabalhadores(as), garantidos pela Constituição Federal, de modo a evitar prisões ilegais, atos antissindicais por parte do Estado e até mesmo possíveis conflitos físicos.	Não Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica	Promover aproximação com instituições de pesquisas e levantamento de dados para os projetos nacionais	Buscar interação com o IPEA visando à realização de pesquisas, qualitativas e quantitativas, estudos, atividades, capacitações, difusão de conhecimento e eventos com o propósito de promover e subsidiar os projetos estratégicos da CONALIS, a saber, (i) Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais, (ii) Sindicalismo e Diversidade, e (iii) Sindicalismo e Juventude	Realizada	
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos	Renovar o acordo de cooperação técnica entre MPT e DIEESE (PGEA 20.02.0001.0009159/2020-66)	Buscar interação com o DIEESE visando a realização de pesquisas, qualitativas e quantitativas, estudos, atividades, capacitações, difusão de conhecimento e eventos com o propósito de promover e subsidiar os projetos estratégicos da CONALIS, a saber, (i) Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais, (ii) Sindicalismo e Diversidade, e (iii) Sindicalismo e Juventude	Realizada	
CONATPA				
Instituição	Ação	Breve Explicação	Prioridade	Tempo
Secretaria de Portos	Apresentação Institucional e firmamento de um Acordo de Cooperação Técnica.	Diante da nova composição no Ministério, pretende-se estreitar laços institucionais para averiguar possibilidade de troca de informações entre as instituições, sobretudo com o acesso do MPT ao “Portos Sem Papel”, que auxiliaria sobremaneira a atuação do Ministério Público nas ações investigatórias nos Portos	Realizada	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral do Trabalho
Secretaria de Relações Institucionais

Ministério de Portos e Aeroportos	Apresentação Institucional e integração ao Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários	Diante da nova composição no Ministério, pretende-se estreitar laços institucionais para averiguar possibilidade de troca de informações entre as instituições bem como o ingresso do MPT no Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários.	Realizada
CONAFRET			
Instituição	Ação	Breve Explicação	Situação
Ministério do Empreendedorismo, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Sensibilização de Atuações Temáticas Transversais; Proposições e contribuições para estudos e cooperações	Aproximação com o Ministério nos debates acerca da regulação dos microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes ao Simples Nacional, para que esses instrumentos de políticas públicas não sejam mecanismos que estimulem a burla à legislação trabalhista.	Realizada
Receita Federal	Sensibilização de Atuações Temáticas Transversais; Proposições e contribuições para estudos e cooperações; Incentivo de ações integradas; Intercâmbio de Boas Práticas; Transversalização das metas institucionais nos espaços políticos; apoio político em pautas estratégicas para o MPT no Executivo.	Além dos temas já indicados anteriormente para interlocução com a Receita Federal, apontamos: acesso às Notas Fiscais eletrônicas; obter a localização e acesso de repositório de RPAs; acesso ao EFD-Reinf; modificação do layout do esocial para ampliação do objeto de declaração (mapeamento de eventuais pessoas atingidas por grandes catastrofes, independentemente do vínculo mantido)	Realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 010624.2021.00.900/3 Outras Providências nº 008707.2025**

Signatário(a): **RAFAEL DIAS MARQUES**

Data e Hora: **21/07/2025 18:36:48**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **VANESSA FUCINA AMARAL**

Data e Hora: **22/07/2025 16:34:00**

Assinado com login e senha

Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=13257985&ca=TX4CC179WCAH293K

PGEA	Origem	Instituição	OBJETO do Acordo de Cooperação Técnica	DATA DA ASSINATURA	DATA DA PUBLICAÇÃO	RESPONSÁVEL	VALIDADE	STATUS
20.02.0001.0009046/2024-98	Termo de adesão	ABERGO	Acordo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Trabalho - MPT, e a Associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO. OBJETO: a conjugação de esforços entre os participantes com vistas à implementação de programas e ações acionais e à realização de estudos e ações de apoio técnico-científico voltados à prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, especialmente no campo da ergonomia e fatores humanos.	27/11/2024	29/11/2024	Codemat	28/11/2029	Vigente
20.02.0001.0011195/2022-87	Demanda interna	FIOCRUZ	Desenvolvimento de ações, estudos e projetos relacionados a saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho.	27/04/2023	27/07/2023	Codemat	27/04/2028	Vigente
20.02.0001.0011165/2022-24	Termo de adesão	CNMP e IBAMA	Integração e compartilhamento de bases de dados e informações do Ibama ao CNMP e aos Ministérios Públicos brasileiros	16/09/2022	20/09/2022	Codemat	20/09/2027	Vigente
20.02.0001.0010772/2022-62	Termo de adesão	CNMP e ANA	Acordo de Cooperação Técnica nº 13/09/2022/CNMP/ANA, firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público com a Agência Nacional das Águas - ANA, visando a capacitação mútua e o desenvolvimento de estratégias integradas em ações de conservação de água e solo, segurança de barragens, operações de reservatórios e implementação do marco legal do saneamento básico.	13/09/2022	15/09/2022	Codemat	15/09/2027	Vigente
20.02.0001.0008251/2022-35	Demanda interna	ANEST	Objeto: a cooperação entre os participantes para a realização de estudos, apoio técnico-científico e aperfeiçoamentos institucionais, em áreas de interesse dos signatários.	14/12/2023	15/12/2023	Codemat	13/12/2028	Vigente
20.02.0001.0011857/2021-64	Demanda interna	Senado, TCU, TJDF, CNJ, STJ, MME, Câmara dos Deputados e CNMP	Implementação de ações em conjunto, cuja finalidade é a promoção de ações voltadas para Inclusão e Diversidade, com foco em Gênero e Raça para o alcance da igualdade e equidade - Rede Equidade	13/12/2021	11/03/2022	Comissão de equidade	11/03/2027	Vigente
20.02.0001.0002173/2021-20	Demanda interna	ASBRAD	Prevenção e assistência às vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas no País, em especial, migrantes e refugiados	31/01/2022	02/02/2022	Conaete	31/01/2026	Vigente
20.02.0001.0005942/2020-13	Demanda interna	UFBA	Marco regulatório com relação a mecanismos de cooperação entre as partes, com o fim de aumentar os esforços institucionais dos envolvidos, através de ferramentas pedagógicas, teóricas, práticas, promoção de estudos, projetos, avaliações e diagnósticos, além de execuções de programas de trabalho, visando à erradicação do trabalho análogo ao escravo, do tráfico de pessoas (para fins de exploração sexual e do trabalho análogo ao escravo), promoção dos direitos humanos e proteção da população mais vulnerável	09/07/2021	12/07/2021	Conaete	09/07/2026	Vigente
20.02.0001.0008473/2018-67	Termo de adesão	CNMP e MMA	Termo de Adesão visa ao estabelecimento da cooperação entre o MMA, tendo o SFB como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	28/09/2018	15/10/2018	Conaete	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0008732/2020-52	Demanda interna	CFFa	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas -Fonoaudiologia	20/11/2024	24/01/2025	Conafret	23/01/2028	Vigente
20.02.0001.0001786/2025-78	Demanda interna	CADE	O Acordo de Cooperação Técnica que se pretende firmar tem por como objetivo discutir uma cooperação interinstitucional mais ampla, que promova sensibilização e mútuo conhecimento.	08/07/2025		Conafret	10/07/2030	Vigente
20.02.1500.0001692/2022-25	Demanda interna	IBGE, UNICAMP e FUNCAMP	Incluir módulo na PNAD Contínua capaz de gerar informações acerca do trabalho exercido por meio de plataformas digitais.	30/10/2024	07/11/2024	Conafret	29/03/2026	Vigente
20.02.0001.0007424/2018-66	Demanda interna	Secretaria da Receita Federal	Fornecimento de dados cadastrais efetuadas pelas projeções nacional, regionais, estaduais e locais do MPT	02/07/2018	06/07/2018	Conafret	Indeterminado	Vigente

20.02.0001.0006654/2020-92	Demanda interna	BNDES	Compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo, além de apoio técnico que contribua par o exercício das atribuições institucionais dos partícipes, conferindo maior efetividade na realização e controle das respectivas operações e atividades, no aspecto de observância de direitos sociais trabalhistas constitucional e legalmente assegurados.	18/07/2025	24/07/2025	Conalis	17/07/2030	Vigente
20.02.0001.0005823/2024-13	Demanda interna	DIEESE	Estabelecer um conjunto de boas práticas para o desenvolvimento de cooperação visando à realização de pesquisas, qualitativas e quantitativas, estudos, atividades, capacitações, difusão de conhecimento e eventos relacionados ao mundo do trabalho, com ênfase para os temas centrais de ambas as instituições, e pertinentes às Coordenadorias Temáticas do MPT	09/07/2025	11/07/2025	Conalis	08/07/2030	Vigente
20.02.0001.0013465/2022-04 e 20.02.0001.0009517/2022-94	Demanda interna	CNJ e TJGO	Realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Termo de Cooperação Técnica nº 37/2020	10/11/2020	18/11/2024	Conap	09/11/2025	Vigente
20.02.0001.0002480/2024-64	Demanda interna	UFRN, SEAP/RN e TJRN	Parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os PARTÍCIPES para criar a REDE POTIGUAR DE TRABALHO DECENTE, ATRAÇÃO PRODUTIVA E PROMOÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL.	25/06/2024	11/07/2024	Conap	24/06/2029	Vigente
20.02.0001.0001780/2024-49	Demanda interna	AGU	Promoção da integridade e do trabalho decente na Administração Pública Federal Direta, especialmente com o fim de prevenir e eliminar a inadimplência trabalhista, previdenciária e securitária das empresas prestadoras de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização), prevenir e afastar práticas.	14/03/2024	15/03/2024	Conap	15/03/2029	Vigente
20.02.0001.0008972/2022-65	Demanda interna	ICMBIO	Realização de estudos, apoio técnico-científico e aperfeiçoamentos institucionais, em áreas de interesse dos signatários, principalmente correlatas a terceirizados	20/12/2022	22/12/2022	Conap	22/12/2027	Vigente
20.02.0001.0004951/2022-89	Termo de adesão	CGU e CNMP	Controladoria Geral da União e o Conselho Nacional do Ministério Público. Objeto: cooperação recíproca em áreas de interesse das partes, a conjugação de esforços por meio do intercâmbio de conhecimento, informações e outras ações, com a finalidade de fortalecer a cooperação e a integração entre as instituições, através do desenvolvimento e da inovação em segurança pública, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho	28/07/2022	04/08/2022	Conap	07/02/2027	Vigente
20.02.0001.0007778/2021-05	Demanda interna	Ministério da Economia	Tornar parceiro da Rede +Brasil por meio da adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre a União, via Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEGES/SEDGG), e o CNMP	28/09/2021	05/10/2021	Conap	02/10/2031	Vigente
20.02.0001.0008529/2022-95	Demanda interna	Confederação Nacional de Municípios - CNM	atuação conjunta dos partícipes com a finalidade de realização de estudos, elaboração de notas técnicas e promoção de eventos de capacitação relativos às áreas de convergência de interesse institucional	18/07/2025	24/07/2025	Conap	17/07/2030	Vigente
20.02.0600.0000498/2023-73	Demanda interna	Ministério da Pesca e Aquicultura	Fortalecer a cooperação entre os Partícipes através do intercâmbio de dados, informações e desenvolvimento, aplicação e monitoramento contínuo de novas tecnologias.	02/08/2023	16/08/2023	Conatpa	16/08/2027	Vigente

20.02.0001.0006537/2023-41	Demanda interna	Ministério de Portos e Aeroportos	Estabelecimento de condições que possibilitem o acesso as informações, observando, no que couber a Lei Geral de Proteção de dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), em relação ao tratamento dos dados compartilhados entre as parte, o qual se dará por meio de acesso ao sistema Porto Sem Papel gerido pelo Ministério de Portos e Aeroportos.	28/11/2024	05/12/2024	Conatpa	04/12/2026	Vigente
20.02.0001.0007808/2021-68	Demanda interna	Marinha do Brasil	Coordenação ou execução de ações integradas, destinadas à prevenção e fiscalização de ilícitos relacionados à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana no mar, quando afetos à preservação das condições dignas de vivência a bordo, essencialmente relacionados à dignidade no trabalho, por meio do intercâmbio de dados e de informações com o objetivo de facilitar o planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum	03/12/2021	23/12/2021	Conatpa	03/12/2026	Vigente
005906/2018-88 e 20.02.0001.0001.0006537/2023-41	Demanda interna	MTE, ANP, Marinha, Anvisa e IBAMA	Fomentar o trabalho conjunto de auditoria e fiscalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás nas águas jurisdicionais brasileiras - OPERAÇÃO OURO NEGRO	18/12/2018	01/02/2019	Conatpa	01/02/2029	Vigente
20.02.0001.0001410/2021-57	Demanda interna	ANTAq	Sigilo em relação aos dados identificados dos ARIs, que se tenha acesso direta ou indiretamente através de informações fornecidas pelo MPT ou ANTAq	02/12/2021	03/12/2021	Conatpa	03/12/2025	Vigente
20.02.0001.0006553/2024-91	Termo de adesão	CNMP e STJ	Cooperação entre os órgãos partícipes visando à conjugação de esforços para a racionalização da tramitação dos processos relacionados aos órgãos do Ministério Público da União e dos Estados vinculados ao CNMP, além da execução de projetos ou eventos de interesse comum ligados à prevenção de litígios, ao gerenciamento de precedentes qualificados e ao fomento à resolução consensual das controvérsias.	Assinado	04/10/2024	Coordenadoria de Recursos Judiciais - CRJ	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0008415/2024-63	Termo de adesão	Aliança Nacional LGBTQI+	Acordo de cooperação que firmam entre si o ministério público do trabalho e a aliança nacional lgbti+, objetivando criação e implementação de projetos em prol da empregabilidade de pessoas lgbti+ bem como a proteção dessa população no ambiente de trabalho	12/11/2024	13/11/2024	Coordigualdade	12/11/2026	Vigente
20.02.0001.0008011/2024-10	Termo de adesão	MPF e MPE	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público Federal, através da Procuradoria-Geral Eleitoral e o Ministério Público do Trabalho, com vistas ao aperfeiçoamento dos fluxos de denúncias e das ações cooperativas interinstitucionais para fins de prevenção e combate aos crimes eleitorais e ao assédio eleitoral nas relações de trabalho.	01/10/2024	04/10/2024	Coordigualdade	Indeterminado	Vigente
20.02.0200.0001808/2023-94	Demanda interna	UNICAMP	Lançamento de aplicativo e website sobre Violência, Discriminação e Assédio no trabalho, com o fim de aumentar os esforços institucionais dos envolvidos, por meio de ferramentas pedagógicas, teóricas, práticas, promoção de estudos, projetos, avaliações e diagnósticos, além de execuções de programas de trabalho, visando à prevenção e combate à violência, discriminação e assédio no trabalho.	26/06/2024	27/06/2024	Coordigualdade	26/06/2029	Vigente
20.02.0001.0012580/2022-37	Demanda interna	TRT 4ª	Acordo de Cooperação nº 78/2022 entre Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos, TRT 4ª Região, PRT 4ª Região, Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas, Central Unica dos Trabalhadores do Estado do RS, Associação dos Peritos da Justiça do Trabalho do Estado do RS, CONCEPTU Protótipos e Sistemas, Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas e MPT, para o desenvolvimento e divulgação do aplicativo Laudelina para Trabalhadoras Domésticas	10/10/2022	13/10/2022	Coordigualdade	11/10/2027	Vigente

20.02.0001.0002895/2020-26	Demanda interna	CONFEA	Aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho – MPT e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira	09/07/2021	12/07/2021	Coordigualdade	09/07/2026	Vigente
20.02.0001.0006335/2023-63	Demanda interna	CEBRAP	Regime de cooperação técnico-científico na execução do projeto de pesquisa e de gestão pública “Crianças e adolescentes submetidas às piores formas de trabalho infantil em Santos (SP): instrumentos de reordenamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA) para prevenção e priorização da proteção social à responsabilização infracional”.	24/04/2024	25/04/2024	Coordinfância	30/06/2027	Vigente
20.02.0001.0008420/2017-46	Demanda interna	Ministério da Saúde	Proteger, preservar e recuperar a integridade física e mental da saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho.	19/04/2022	20/04/2022	Coordinfância	20/04/2027	Vigente
20.02.0001.0003905/2021-10	Demanda interna	WFP/ONU	Desenvolvimento de ações, estudos e projetos conjuntos na consecução de seus respectivos objetivos institucionais	09/11/2021	18/11/2021	DG	09/11/2026	Vigente
20.02.0001.0001304/2020-12	Demanda interna	Rede Nacional de Ouvidorias	Adesão à Rede Nacional de Ouvidorias E-Ouv	03/03/2020	04/06/2020	DG	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0002128/2025-59	Termo de adesão	CNMP / SERPRO	Tem por objeto a negociação de condições comerciais de produtos e serviços de tecnologia da informação ofertados pelo Serpro ao CNMP e aos ramos e unidades do MP Brasileiro. Acordo Institucional nº 06/2025.	23/04/2025	24/04/2025	DTI	23/04/2030	Vigente
20.02.0001.0005221/2020-80	Demanda interna	Rede de Ouvidorias do Ministério Público	Adesão à Rede de Ouvidorias do Ministério Público	24/06/2020	29/06/2020	Ouvidoria	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0001748/2025-37	Demanda interna	TRT/2ª MPT/2ª	O OBJETIVO DE EVITAR A PENHORA E O LEILÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESPROVIDOS DE SISTEMA DE SEGURANÇA	01/03/2025	01/03/2025	PRT 2ª Região	28/02/2030	Vigente
20.02.0500.0001020/2023-89	Demanda interna	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	Desenvolvimento de ações de prevenção e repressão ao trabalho em condições análogas a de escravo e ao tráfico de pessoas.	16/08/2023	21/08/2023	PRT 5ª Região	16/08/2026	Vigente
20.02.0001.0015138/2022-35	Demanda interna	Corte IDH	O objeto do presente Acordo é o estabelecimento de cooperação mútua entre o MPT e a Corte IDH, a fim de fortalecer suas relações e difundir os instrumentos internacionais para a promoção e a defesa dos Direitos Humanos no âmbito do Ministério Público do Trabalho, o que inclui a adoção de programas de intercâmbio entre as instituições, ações concretas de ensino e difusão desses mecanismos no MPT e de cooperação com as atividades da Corte IDH.	20/11/2023		SCIT	20/11/2028	Vigente
20.02.0001.0002894/2023-44	Demanda interna	OIT	Formalizar o consenso entre as Partes em relação a arranjos para a cooperação não-exclusiva entre a OIT e o MPT para promover o trabalho decente.	30/03/2023		SCIT	30/03/2027	Vigente

20.02.0001.0007392/2018-57	Demanda interna	OEA-CIDH	Estabelecer um marco regulatório com relação a mecanismos de cooperação entre as Partes para promover o uso e a aplicação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, de padrões e recomendações, através do intercâmbio de pessoal associado, ferramentas pedagógicas, teóricas, práticas e comunicações, que permitam às Partes contribuir para solucionar os problemas da Agenda Hemisférica de Direitos Humanos.	20/04/2018		SCIT	20/04/2028	Vigente
20.02.0001.0004781/2020-29	Demanda interna	UNOPS	Consensuar sobre procedimentos destinados à cooperação e colaboração não exclusiva entre as Partes em áreas de interesse comum	22/09/2022	26/09/2022	SCIT	22/09/2026	Vigente
20.02.0001.0003102/2023-54	Demanda interna	MPF	Promoção do conhecimento técnico-científico produzido em assuntos periciais.	19/06/2023	21/06/2023	Secretaria de Perícias	19/06/2028	Vigente
20.02.0001.0009693/2024-89	Demanda interna	SENADO / ILB	Objetivo estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum do Senado e do Ministério Público do Trabalho.	10/03/2025	11/03/2025	SETEF	09/03/2030	Vigente
20.02.0001.0004925/2022-15	Demanda interna	UNINOVE	Estabelecer cooperação para concessão aos(as) Membros(as) de bolsas de estudos integrais no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito (PPGD)	26/03/2025	02/03/2025	SETEF	25/03/2027	Vigente
20.02.0001.0005492/2023-29	Termo de adesão	UFMG	O presente Protocolo de Intenções tem por objeto envidar esforços necessários para promover uma aproximação entre as Instituições no intuito de viabilizar a criação de um projeto pedagógico compartilhado de Mestrado Profissional, bem como buscar as medidas necessárias e pertinentes à sua concretização, dentro das atribuições de cada Instituição, que se volte ao compartilhamento dos conhecimentos advindos da experiência prática e dos estudos acadêmicos, a fim de propiciar a formação de operadores do direito comprometidos com a defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.	05/09/2024	06/09/2024	SETEF	05/09/2026	Vigente
20.02.0001.0010255/2023-50	Termo de adesão	ENAP	Estabelecer bases de cooperação técnica e operacional para a oferta aberta de cursos a distância na EV.G para servidores públicos e cidadãos em temas relacionados ao governo e políticas públicas, com vistas ao fortalecimento da democracia e do serviço público	28/02/2024	11/03/2024	SETEF	31/07/2028	Vigente
20.02.0001.0003551/2023-56	Demanda interna	Fundacentro	Cooperação técnica, logística e tecnológica entre as instituições, de modo a harmonizar os planos de atividades, promover capacitações e treinamentos cruzados, compartilhamento de informações, dados e resultados de investigação sobre o mundo do trabalho que MPT e FUNDACENTRO produzem ou tem acesso	21/09/2023	22/09/2023	SETEF	22/09/2025	Próximo da finalização
20.02.0001.0003560/2023-07	Demanda interna	ENAMAT	Estabelecimento de parceria entre as instituições, de modo a promover capacitações e treinamentos e atividades acadêmicas.	12/09/2023	14/09/2023	SETEF	14/09/2025	Próximo da finalização
20.02.0001.0002162/2023-20	Demanda interna	ESMPU	Cooperação técnica, logística e tecnológica entre as instituições, de modo a harmonizar os planos de atividades, promover capacitações e treinamentos cruzados e compartilhar bens e serviços necessários.	28/08/2023	30/08/2023	SETEF	28/08/2025	Próximo da finalização
20.02.0001.0007764/2022-89	Demanda interna	CNMP	Implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas a ações de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo das partes.	25/10/2022	01/11/2022	SETEF	01/11/2027	Vigente

20.02.0001.0008223/2022-15	Demanda interna	UFMG e IEPEL	Fomentar a conscientização da população acadêmica e da comunidade externa acerca da temática que circunscreve o trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas no Brasil, sobretudo por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas e da prestação de suporte, em especial jurídico, aos trabalhadores resgatados. Pauta-se, ainda, no estímulo à reflexão e à redução de desigualdades, além de contribuir para a prevenção dos crimes, uma vez que tem como base a formulação de possíveis soluções para o combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo ao de escravo. A cooperação prevê ainda a realização de capacitações cruzadas entre as instituições partícipes para a troca de conhecimento entre as áreas que compõem o MPT. Outrossim, fundamenta-se em possibilitar aos integrantes partícipes das instituições deste acordo de cooperação técnica, o contato com a realidade e a compreensão dos problemas sociais ainda presentes na sociedade brasileira, principalmente em razão do compartilhamento dos conhecimentos advindos da experiência prática e dos estudos acadêmicos, a fim de colaborar na formação de operadores do direito comprometidos com a defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.	13/09/2022	15/09/2022	SETEF	13/09/2025	Próximo da finalização
20.02.0001.0008998/2024-36	Termo de adesão	CNMP	Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho para a adesão e utilização dos serviços disponíveis na plataforma MP DIGITAL .	22/11/2024	25/11/2024	SETIC	24/11/2028	Vigente
20.02.0001.0007951/2022-84	Demanda interna	CNJ	Planejamento e realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0, em especial o Juízo 100% Digital e o Núcleo de Justiça 4.0, para ampliar o acesso à justiça e a promoção dos interesses individuais e sociais indisponíveis, bem como para disponibilizar nas unidades do MPT envolvidas no projeto ferramenta de videoconferência igual ou equivalente ao "Balcão Virtual", que permita contato com o setor de atendimento da unidade do MPT e, também, a instrução de Pontos de Inclusão Digital (PID), em observância e nos padrões estabelecidos na Recomendação CNJ nº 130/2022.	04/08/2022	08/08/2022	SETIC	08/08/2027	Vigente
20.02.0001.0000486/2023-70	Demanda interna	SMARTLAB e JUSBRASIL	Desenvolvimento de atividades de análise experimental conjunta de dados públicos tratados para produzir informações de relevância pública	05/03/2023	24/03/2023	SPAI	24/03/2028	Vigente
20.02.0001.0001078/2023-91	Demanda interna	CSJT	Ampliação do mapeamento e da disponibilidade de dados úteis a decisões em processos judiciais e a procedimentos de tutela de interesses transindividuais	14/03/2023	16/03/2023	SPAI	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0005551/2022-88	Termo de adesão	CNMP e INSS	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto disponibilizar acesso às informações constantes de cadastros geridos pelo INSS.	22/08/2022	25/08/2022	SPAI	06/08/2026	Vigente
2007873/2020-62 e 20.02.0001.0000000/2020-62	Demanda interna	CEF	Desenvolver ações de compartilhamento de informações objetivando o incremento de ações de fiscalização dos depósitos para o FGTS	25/11/2020	04/02/2021	SPAI	04/02/2026	Vigente
20.02.0001.0013464/2019-40	Demanda interna	CONFEA	Intercâmbio de dados, informações e tecnologias, com o fim de aprimorar suas atividades finalísticas, em prol do combate às violações de direitos fundamentais do cidadão, especialmente no que se refere ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, ao tráfico de pessoas, às fraudes trabalhistas, às violações ao meio ambiente do trabalho, bem como à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes	30/12/2020	02/02/2021	SPAI	02/02/2026	Vigente

20.02.0001.0007655/2018-37	Demanda interna	TSE	Acesso ao conteúdo integral do Cadastro Eleitoral brasileiro, para auxiliar no trabalho de investigação de prevenção e erradicação do trabalho escravo	29/08/2019	09/09/2019	SPAI	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0010537/2018-17	Demanda interna	PGFN	Ampliar as ações de articulação, por meio de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, dados, informações e tecnologias de relevância pública	24/07/2018	25/10/2018	SPAI	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0014403/2018-07	Termo de adesão	Bacen e CNMP	Mecanismo de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional	03/09/2018	26/09/2018	SPAI	Indeterminado	Vigente
20.02.0001.0008795/2024-85	Demanda interna	Ministério do Esporte	Execução de ações conjuntas para fomentar a reversão de bens e recursos oriundos de multas e indenizações por descumprimento da Lei de cotas para pessoas com deficiência (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93) para realização de projetos paradesportos a serem executados em nível nacional.	30/12/2024	11/01/2025	SRI	29/12/2026	Vigente
20.02.0001.0007141/2024-26	Demanda interna	CNDH	Visa ao estabelecimento de ações de entendimento entre as instituições celebrantes, em áreas de mútuo interesse, observadas as respectivas competências constitucionais e legais.	12/12/2024	20/12/2024	SRI	19/12/2029	Vigente
20.02.0001.0002109/2024-90	Termo de adesão	MTE	Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União, representada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério Público do Trabalho, visando aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno, prevenir e dissipar conflitos interins tucionais e proporcionar ganhos de eficiência e eficácia no pleno e coordenado exercício de suas atribuições.	30/10/2024	18/11/2024	SRI	28/10/2029	Vigente
20.02.0001.0003428/2023-79	Demanda interna	TSE	O presente Acordo tern a finalidade de prevenir e reprimir o assédio eleitoral, entendido esse como qualquer ato que represente uma conduta abusiva por parte das empregadoras e dos empregadores que atente contra a dignidade do trabalhador, submetendo-o a constrangimentos e humilhações, com a finalidade de obter o engajamento subjetivo da vítima em relação a determinadas práticas ou comportamentos de natureza política durante o pleito eleitoral, caracterizando ilegítima interferência nas orientações pessoais, políticas, filosóficas ou eleitorais das trabalhadoras e dos trabalhadores.	16/05/2023	19/05/2023	SRI	13/09/2026	Vigente
20.02.0001.0001833/2025-70	Termo de adesão	CNJ, CJF e CNMP	O objeto desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL	13/05/2025	15/03/2025	SRI	14/03/2030	Vigente
20.02.0001.0001830/2025-54	Demanda interna	OAB	Acordo para realização de ações conjuntas entre o MPT e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), visando ao aperfeiçoamento das atividades educacionais voltadas à valorização profissional da mulher, observada a interseccionalidade de gênero, raça e demais diversidades, com foco na promoção da igualdade de gênero nas atuações profissionais.	12/06/2025	16/06/2025	SRI	10/06/2030	Vigente

20.02.0001.0001577/2019-16	Demanda interna	PRF	Fortalecimento da cooperação técnica, científica e operacional entre os partícipes por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, dados, informações, sistemas e tecnologias, com ações gerais e especiais, com o fim de aprimorar suas atividades finalísticas, e a integração para o desenvolvimento de ações conjuntas relacionadas ao combate às violações aos direitos fundamentais de trabalhadores(as), tais como o trabalho escravo, o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, incluída a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, as fraudes trabalhistas, as violações ao meio ambiente do trabalho	27/08/2021	03/09/2021	SSI	03/09/2026	Vigente
20.02.0001.0004231/2021-35	Termo de adesão	CNMP e ABIN	Cooperação recíproca em áreas de interesse e competência das partes, no que diz respeito à Atividade de Inteligência; à proteção de conhecimentos sensíveis; ao intercâmbio de dados e conhecimentos de Inteligência observada a legislação vigente e à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos do CNMP, do Ministério Público brasileiro e da ABIN	09/07/2021	22/07/2021	SSI	04/05/2026	Vigente